PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

Ebook

Memórias do Tribunal

Volume 01 - Compilação dos artigos de **Março de 2021** a **Maio de 2022**.

Desembargador Lidivaldo Reaiche



Sumário

- Introdução e Sobre o Autor — 04
- Odisseia no Atlântico — 05
- Os Dez Desembargadores pioneiros — 07
- Entre casamentos proibidos e excomunhão — 10
- A invasão Holandesa, a liderança do Tribunal da Relação na resistência e o Desembargador aprisionado — 13
- O Tribunal da Relação na defesa dos cristãos novos (Judeus) e a desativação da Corte de Justiça — 17
- A reinstalação do Tribunal da Relação do Brasil e os primeiros Desembargadores Brasileiros — 20
- O Tribunal da Relação e a Escravidão indigena — 23
- O Tribunal da Relação e a Religiosidade — 26
- A epidemia de febre amarela e a morte de cinco Desembargadores — 29
- O Desembargador que construiu o Solar do Unhão — 32
- O Tribunal da Relação e a primeira academia de literatos do Brasil — 36
- O Assassinato de um Desembargador — 39

Sumário

- A instalação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro — 42
- O Tribunal da Relação da Bahia, o padre José de Anchieta e a transferência da capital — 46
- Um desembargador do Tribunal da Relação da Bahia na Inconfidência Mineira — 50
- O Tribunal da Relação da Bahia e a Revolução dos Alfaiates (Revolta dos Búzios) — 54
    - Os Atos Preparatórios — 54
    - As Devassas (Investigações) — 58
    - A Depressão — 62
    - O Julgamento — 67
    - A Execução das Penas — 73
- A Instalação da casa de suplicação do Brasil — 78
- O Tribunal da relação da Bahia hospeda Carlota Joaquina — 78
- A transmigração da família real portuguesa para o Brasil — 78
- O Tribunal da Relação da Bahia e as Revoltas dos Haussás — 84

Memória do Judiciário
Desembargador Lidivaldo Reaiche

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário da Bahia (PJBA), por meio da Comissão Permanente de Memória, lança, em formato de e-book, artigos do Desembargador Lidivaldo Reaiche, que retratam a memória do Tribunal baiano. Os textos foram publicados no site do PJBA, de março de 2021 a maio de 2022 (www.tjba.jus.br/portal/memoria-do-tribunal/).

Esse projeto integra os esforços do Tribunal para a Semana da Memória do Poder Judiciário 2022, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo o Magistrado Lidivaldo Reaiche, os artigos são resultados de uma cuidadosa pesquisa documental, que pode levar até meses de apuração, e, portanto, de suma relevância tanto para alunos de História, como de Direito. O material está disponível, de forma gratuita, na página da Comissão Permanente de Memória do PJBA.

SOBRE O AUTOR

O Desembargador Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto é, atualmente, Presidente da Comissão de Igualdade, Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos do PJBA e Membro da 1ª Câmara Cível. Formado em Direito pela Ufba (1983), é Especialista em Direitos Humanos, pela Uneb (2001,) e Especialista em Direitos Difusos e Coletivos, pela PUC/SP (2004). Foi Membro do Ministério Público do Estado da Bahia, iniciando carreira em 1991. Presidiu a Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), entre 1999 e 2003, e assumiu o cargo de Procurador-Geral de Justiça no período 2006/2010. Em 2014, tornou-se Desembargador. Em 2019, presidiu a Comissão Organizadora dos Eventos de Comemoração do 170° Natalício de Ruy Barbosa e dos 70 Anos de Inauguração do Fórum Ruy Barbosa. É Sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Odisseia no Atlântico

Salvador já se consolidava como próspera capital da Colônia, após ter sido fundada pelo primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, em 29 de março de 1549, quando, durante a União Ibérica, o Rei Felipe I (Portugal) e II (Espanha) decidiu, no dia 25 de setembro de 1587, publicar o Regimento do Tribunal da Relação do Brasil, no rastro da criação do Tribunal da Relação de Goa, na Índia.

Portugal, desde o surgimento das comunidades originárias das vilas brasileiras, e depois com as Capitanias Hereditárias criadas em 1532, já vinha organizando a estrutura do incipiente Poder Judiciário brasileiro, representado pelos Ouvidores e Ouvidor-Geral, este figurando como revisor das decisões. Vigiam as Ordenações Manuelinas de 1521.

Nas principais cidades da América espanhola havia as denominadas Audiências, cujas funções eram semelhantes as da Ouvidoria-Geral no Brasil, inexistindo até então um Tribunal ou Corte de Apelação.

O Governador Francisco Giraldes, nomeado em 09 de março de 1588, aguardou a escolha do primeiro Chanceler (denominação do cargo de Presidente da Relação do Brasil), Luis Machado de Gouvêa, no dia 21 de março, para a longa viagem até Salvador, tendo o comboio de naus, trazendo outros servidores do reino e os demais integrantes do Tribunal, partido de Lisboa, no final do mesmo mês.

O Governador e o Chanceler viajaram no Galeão São Lucas, todavia os problemas corriqueiros, decorrentes da falta de vento propulsor, causaram grandes dificuldades para as embarcações cruzarem a Linha do Equador. Consequentemente, houve um desvio imprevisto de rota, com a dispersão das naus.

A viagem tornou-se um suplício. Somente dois Desembargadores desembarcaram na Baía de Todos os Santos: Antônio Coelho de Aguiar e Baltazar Ferraz. O primeiro permaneceu servindo como Ouvidor-Geral e o outro, na atividade de Provedor-Mor dos Defuntos (o historiador Visconde de Porto Seguro sustentou que o segundo teria ocupado o cargo de Provedor-Mor da Fazenda).

O Governador, o Chanceler e os demais Desembargadores só pisaram em terra firme nas Antilhas, o que forçou o retorno para Portugal, impedindo-lhes o exercício das funções. Eles só chegariam em Lisboa no mês de setembro de 1589, traumatizados.

A tentativa de instalar o Tribunal da Relação do Brasil havia malogrado, e o Governador foi substituído por Francisco de Sousa.

Em 1591, o Desembargador Gaspar Figueiredo aportou em Salvador, vindo de Portugal, o único que resolveu enfrentar, mais uma vez, a grande aventura marítima, e aqui ficou desempenhando atividades ao lado de seus dois colegas.

O Brasil teria de esperar vinte e dois anos para ver o seu primeiro Tribunal da Relação instalado, o que ocorreu em 07 de março de 1609.

O ato de criação da Corte encontra-se muito bem preservado no arquivo da Torre do Tombo, na capital portuguesa, existindo uma cópia no Memorial do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador.

Os Dez
Desembargadores pioneiros

Após a tentativa frustrada de instalação do Tribunal da Relação do Brasil, em Salvador, no ano de 1588, e diante dos inúmeros requerimentos do Governador-Geral da Colônia, Diogo Botelho, e da Câmara de Vereadores soteropolitana, expressando a insatisfação do povo, ante a concentração das revisões judiciais na figura do Ouvidor-Geral, Portugal, a partir de 1605, em plena União Ibérica, já no reinado de Felipe II (III na Espanha), retomou a iniciativa de implantar a primeira Corte de Justiça em terras brasileiras.

Entretanto, a carreira da Magistratura não permitia o acesso de todos, pois, no recrutamento, havia a exclusão de judeus, cristãos novos (judeus convertidos), negros, mouros e mestiços.

Os preparativos se intensificaram e dez bacharéis graduados na Universidade de Coimbra, alguns em Direito Canônico, com larga experiência no serviço real judiciário português, foram selecionados: GASPAR DA COSTA AMARAL, AFONSO GARCIA TINOCO, MANOEL PINTO DA ROCHA, SEBASTIÃO PINTO LOBO, ANTÃO DE MESQUITA DE OLIVEIRA, FRANCISCO DA FONSECA LEITÃO, RUY MENDES DE ABREU, PEDRO DE CASCAIS DE ABREU, ANTÔNIO DAS PÓVOAS E MANOEL JACOME BRAVO.

O Regimento do Tribunal foi assinado por Felipe II, em 07 de março de 1609, na gestão do Governador-Geral Diogo de Menezes e Siqueira. Sem maiores percalços na viagem transatlântica, bem diferente da traumática travessia anterior, o desembarque dos Desembargadores ocorreu no dia 05 de junho daquele ano, e, logo em seguida, iniciaram-se as atividades judicantes.

O Desembargador Gaspar da Costa Amaral foi o primeiro Chanceler (Presidente). Ele morreu em 1611, tendo sido substituído por Ruy Mendes de Abreu, que se aposentaria no ano de 1621. Por sua vez, o Desembargador Afonso Garcia Tinoco seria o primeiro Procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e Fisco, além de Promotor de Justiça, funções embrionárias do Ministério Público brasileiro.

Vigiam as Ordenações Filipinas desde 1603, cujos Livros I, III e V tratavam da estrutura e dos procedimentos dos Tribunais.

A jurisdição da Corte alcançava Angola, bem como as Ilhas São Tomé e Príncipe, na África, o que exigia, para esporádicas inspeções, longos deslocamentos. O exercício na Bahia serviria de rito de passagem para os Desembargadores que atuariam em Coimbra e no Porto.

Dos quatro escrivães que trabalhariam no Tribunal, Domingos de Andrade, Jerônimo de Lemos, Antônio da Mota e Cristóvão Vieira Ravasco, este último era pai de Antônio Vieira, que chegaria em Salvador, com seis anos, em 1614, e se ordenaria padre, no Colégio da Ordem dos Jesuítas, localizado no Terreiro de Jesus, onde hoje se encontra a Faculdade de Medicina. Como o cargo de escrivão era hereditário, Bernardo Vieira Ravasco, outro filho de Cristóvão, seria advogado e sucederia o pai na serventia dos agravos e das apelações.

O quadro de servidores, ainda, previa capelão, guarda-mor e meirinhos.

Inicialmente, a Corte se reunia no Palácio do Governo, na atual Praça Municipal (Praça Tomé de Sousa) e, antes das sessões, que eram presididas pelo Governador Geral (não participava dos julgamentos), o Capelão celebrava uma missa.

Os Desembargadores ocupavam casas alugadas, nas redondezas, onde também desempenhavam as atividades.

Não demoraria para a Igreja Católica, através da Diocese de São Salvador da Bahia, instituída em 1551 (o primeiro Bispo foi Dom Pero Fernandes Sardinha), confrontar a autoridade dos Desembargadores.

O original do Regimento do Tribunal de 1609 encontra-se no Arquivo Ultramarino de Lisboa, havendo uma cópia no Memorial do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador.

Fontes de pesquisa:

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz

Entre casamentos proibidos e excomunhão

Para o ingresso na Magistratura portuguesa, os bacharéis em Direito atuavam na advocacia por um período de dois anos e, após o interstício, submetiam-se à seleção.

Depois da nomeação, os funcionários do serviço real deveriam assumir as funções na Colônia, no prazo máximo de oito meses. O período de permanência dos Desembargadores, em Salvador, era de, no mínimo, 06 anos, tendo alguns trazido familiares e escravos. Outros desembarcavam solteiros ou sozinhos.

Portugal não queria que os Desembargadores criassem vínculos no Brasil, razão pela qual o próprio Regimento do Tribunal proibia os casamentos com nativas. Um Alvará, de 22 de novembro de 1610, reforçava a vedação. Entretanto, as normativas não conseguiram impedir os matrimônios com brasileiras, geralmente, herdeiras das famílias abastadas proprietárias de engenhos de cana-de-açúcar. Ainda assim, os Magistrados deveriam obter uma autorização especial, sob pena de punição. A primeira união conjugal ocorreria em Olinda, no dia 28 de junho de 1612, quando o Desembargador Manoel Pinto da Rocha desposou a rica viúva Catherina de Frielas.

Até mesmo a vida social dos membros do Tribunal da Relação era controlada pela Metrópole, permitindo, somente, a convivência entre os pares, evitando laços com moradores locais.

A dedicação exclusiva dos Desembargadores ao serviço real proporcionava a atuação em diversas áreas (alfândega, inspeção nas províncias, fixação de preços), mas havia restrições à atividade comercial, violadas pelos que desejavam enriquecer na Colônia, com a aquisição de engenhos, a atuação no tráfico de escravos e na caça às baleias, associando-se a comerciantes ou se utilizando destes, permanecendo como proprietários ocultos. Isso valia para os servidores. Tais transgressões resultariam em perda do cargo.

O Pelourinho, instrumento de execução da pena de açoite, e símbolo da Justiça de Portugal, inicialmente foi instalado na Praça do Palácio, em Salvador. Nele poderiam ser castigados homens e mulheres, escravos ou livres, autores de delitos.

O segundo Chanceler (Presidente da Relação) Ruy Mendes de Abreu, que assumiu no ano de 1611, integrou uma junta administrativa interina quando o Governador Diogo de Menezes (1608-1612) deixou o governo, até a chegada de Gaspar de Sousa, em 1613, incumbido de expulsar os franceses do Maranhão.

Gaspar de Sousa desembarcou no Recife, para comandar as lutas. Ele constituiu nova junta governativa, enquanto estivesse ausente da capital da Colônia, mantendo o Chanceler Ruy Mendes de Abreu. Entretanto, por ironia do destino, no dia 17 de fevereiro de 1614, cinco navios corsários franceses surgiram na Baía de Todos os Santos. Os militares, lotados em Salvador, organizaram uma pequena frota para enfrentar os inimigos. Todavia, ocorreu uma tragédia. Mais de duzentos homens morreram no naufrágio de um navio, incluindo muitos jovens soteropolitanos, que, bravamente, defendiam sua terra. O Desembargador Balthasar Ferraz, um dos três que conseguiram desembarcar, quando da tentativa frustrada de instalação do Tribunal em 1588, tornou-se Advogado no foro baiano e rico comerciante.

Faleceria de tristeza, pois seu filho estava na embarcação naufragada e foi resgatado com mais dois sobreviventes pelos próprios franceses, que os deixaram, por maldade, na costa deserta do Maranhão, onde morreram de fome.

Embora os Desembargadores estivessem sujeitos ao poder correicional do Governador-Geral (Gaspar de Souza suspendeu Pedro de Cascais, em 1614, por animosidade),os atos da gestão executiva podiam ser revistos pela Relação. De outra banda, o Chanceler substituía o Governador, eventualmente.

A Corte de Justiça já necessitava de um imóvel próprio, porquanto ainda se reunia na sede do Governo. Na administração do Governador Luiz de Souza, iniciada em 1617, começou a construção de uma casa, contígua ao Palácio, unidos por um passadiço.

Era comum a falta de quórum no Tribunal, pois seus membros, constantemente, viajavam a serviço. Numa inspeção às capitanias meridionais (na atual região sudeste), em 1619, o Desembargador Antão de Mesquita levou uma guarnição de doze soldados.

No ano de 1621, a Colônia se despediu do Governador Luiz de Souza, que voltou para Portugal. Por sua vez, o então Chanceler Manoel Pinto da Rocha, que havia substituído Ruy Mendes de Abreu, em 1620, faleceu. A Relação teria como Presidente Antão de Mesquita.

Com o passamento de alguns Magistrados e o retorno de outros, restaram poucos Julgadores, tendo o novo Governador, Diogo de Mendonça Furtado, no ano de 1621, trazido de Portugal sete novos Desembargadores.

O clero, no Brasil Colônia, era remunerado pela Coroa Portuguesa, havendo conflitos, com a Corte de Justiça, sobre a prioridade no pagamento de seus membros, tanto que, em fevereiro de 1610, o quarto Bispo da Diocese de São Salvador, Dom Constantino Barradas, excomungou o Desembargador Pedro de Cascais, que, como interino no cargo de Provedor-mor da Fazenda, atrasou a remuneração dos religiosos. Além disso, a Igreja não se conformou com a perda do poder no julgamento de condutas consideradas pecaminosas. Exemplo de contenda ocorreu no início de 1624, quando o Desembargador Francisco Mendes Marrecos, também Procurador da Coroa, viu-se excomungado pelo quinto Bispo, Dom Marcos Teixeira de Mendonça, por ter impedido a expulsão de portugueses casados em Portugal, mas que viviam maritalmente com mulheres brasileiras. Este prelado era autoritário e inimigo do Governador Diogo de Mendonça Furtado. Opôs-se à criação do Bispado do Maranhão e, anteriormente, funcionara como Inquisidor do Estado do Brasil. Travaria uma batalha de liderança com o Chanceler Antão de Mesquita, durante a Invasão Holandesa.

Fontes de pesquisa:

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

A Invasão Holandesa, a liderança do Tribunal da Relação na resistência e o Desembargador aprisionado

O desenvolvimento de Salvador avançava, através das concessões de atividades aos empresários, permitindo o aumento da arrecadação. O cobiçado cargo de Provedor-mor da Fazenda passou a ser exercido por um funcionário do serviço real, Sebastião Borges, a partir de 1611, cujas decisões, em alguns momentos, foram revistas pela Corte de Justiça, provocando um posicionamento de Portugal, que tudo fazia para incrementar as receitas. A situação tornou-se insustentável em 1616, tendo o baiano Pedro Gouvea de Melo assumido o referido encargo. Ainda assim, os embates não findaram, tanto que o Chanceler (Presidente) Ruy Mendes de Abreu se aborreceu com a demora no pagamento da remuneração dos Desembargadores e determinou a prisão de um servidor do Tesouro, em 1617.

Por sua importância, a Capital da Colônia, com excelente localização no Atlântico Sul, sempre despertou os interesses das nações estrangeiras.

A Holanda, que se tornara independente da Espanha em 1581, e com a qual haveria de guerrear até 1648, aproveitou-se da União Ibérica para se apossar de terras portuguesas, forçando o poderio espanhol a concentrar esforços na reconquista e desviar-se do conflito com os holandeses. Estes tentaram ocupar Salvador, nos anos de 1599 e 1604, mas as aventuras restringiram-se à pilhagem de açúcar de engenhos do Recôncavo. Além disso, vários navios que partiam dos portos brasileiros, utilizados no transporte do valioso produto para a Europa, eram atacados.

Em 1621, criou-se a Companhia das Índias Ocidentais, sociedade anônima holandesa, reunindo capital público e investidores privados, mirando o vasto mercado espanhol-português, na Europa, África e América.

Surgiram notícias de provável ataque holandês, e, no início de 1624, Madri informou ao Governador-Geral do Brasil, Diogo de Mendonça Furtado, que uma esquadra holandesa havia deixado Amsterdã, objetivando invadir Salvador. Consequentemente, as sete fortificações da Baía de Todos os Santos, que funcionavam como um cinturão de fogo, prepararam-se com obras e munições. Os populares foram convocados e se apresentaram para a defesa, inclusive índios flecheiros e negros escravizados.

A frota holandesa, composta de sete navios, estacionou nas proximidades do Morro de São Paulo e ali permaneceu por alguns dias. Tal fato foi informado ao Governo Geral, que reforçou a retaguarda. Aos poucos, outras embarcações se juntaram às naus estrangeiras.

Entretanto, o Bispo Dom Marcos Teixeira de Mendonça, que disputava o poder com o Governador Diogo de Mendonça Furtado, não aceitou a fuga dos fiéis dos templos, em razão da vigília na extensa costa litorânea da Capital, e ordenou a desmobilização, cometendo um erro terrível.

Não demorou muito e a esquadra de vinte e seis navios, com 3.300 homens, comandada por Jacob Willekens, trazendo o futuro Governador-ocupante, Coronel Johan van Dorth, pôs-se em movimento e avançou, rapidamente, em direção a Salvador. As fortificações responderam e bombardearam a frota, todavia os invasores tinham o mapa da Cidade e algumas naus desviaram-se e alcançaram o Porto da Barra (a partir de então nominado Porto dos Holandeses), em razão do desembarque, no dia 09 de maio de 1624.

A intenção era cercar a Praça do Palácio, pois os inimigos utilizaram o trajeto atual da Avenida Sete de Setembro. Contudo, encontraram a heroica resistência nas imediações do Mosteiro de São Bento, onde ocorreram os primeiros conflitos. Ali, houve baixas de ambos os lados, porém os estrangeiros optaram por cessar, momentaneamente, as investidas, e, à noite, atacaram o Forte de São Marcelo, resultando na retirada dos militares que o guarneciam.

No dia 10 de maio, os holandeses, vencedores, transformaram o Mosteiro de São Bento num quartel-general.

No Palácio, o Governador Diogo de Mendonça Furtado, mesmo rendido, foi aprisionado com seu filho, Antônio de Mendonça, o Desembargador Pedro Casqueiro da Rocha (Ouvidor-Geral), o Sargento-mor Francisco de Almeida Brito, além de comerciantes, quatro padres beneditinos e doze jesuítas, incluindo o Provincial da Companhia de Jesus, Domingos da Cunha. Todos seguiram para Amsterdã, como reféns.

O Tribunal da Relação, com a morte do Chanceler Manoel Pinto da Rocha em 1621, substituto de Ruy Mendes de Abreu, que havia se aposentado em 1620, estava sendo dirigido pelo Desembargador Antão de Mesquita de Oliveira. Este se tornou o Capitão-mor e organizou a resistência à Invasão Holandesa, deslocando-se com as tropas em direção ao Litoral Norte. Grande parte da população fugiu para o Recôncavo.

A queda de Salvador causou grande impacto entre os demais impérios. O Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, foi nomeado Governador-Geral interino. Enquanto isso, o Bispo Marcos Teixeira de Mendonça minou a liderança de Antão de Mesquita de Oliveira, atribuindo-lhe a ausência de capacidade bélica, buscando o protagonismo. Há controvérsias sobre a renúncia do Desembargador como líder das operações, mas, provavelmente, decorreu de sua idade avançada. A Câmara de Vereadores, instalada, provisoriamente, na Vila de Abrantes, elegeu o religioso como comandante das armas, tendo ele transferido o contingente militar para o Rio Vermelho. Em setembro, Francisco Nunes Marinho, enviado por Matias de Albuquerque, substituiu o Bispo, que faleceria no dia 08 de outubro de 1624. Fala-se de um possível envenenamento, no entanto deve ter sido acometido por doença fatal, em virtude das condições insalubres do local do acampamento.

Os moradores da Capital lutaram utilizando emboscada e guerrilha. Em 17 de julho de 1624, mataram o Governador Van Dorth, quando este inspecionava o Forte de São Felipe (atual Nossa Senhora do Mont Serrat), e, posteriormente, seu sucessor, o Coronel Alberto Schouten. Os holandeses construíram um represamento de rios e córregos, que serviria de fosso (Dique do Tororó). De nada adiantou, pois foram sitiados. Com a ajuda de tropas vindas de outras áreas da Colônia, bem como do auxílio da esquadra luso-espanhola, composta de 58 navios, sob o comando do Almirante Dom Fadrique de Toledo Osório, enviada por Felipe IV (III em Portugal), os invasores não conseguiram resistir e assinaram o Termo de Rendição, no dia 1º de maio de 1625, no Convento do Carmo.

O Padre Antônio Vieira e o Frei Vicente do Salvador, historiador, testemunhas oculares, escreveram sobre a Invasão Holandesa.

O Desembargador Pedro Casqueiro da Rocha e os outros prisioneiros, somente, seriam libertados em 1626.

Alguns bravos militares baianos, que tombaram nos confrontos, estão sepultados no Mosteiro de São Bento, havendo ali um monumento com seus nomes.

A dinâmica da guerra atraiu a atenção de artistas estrangeiros, que deixaram para a posteridade, em museus europeus, o sofrimento dos soteropolitanos.

O pintor Andries van Eertvelt imortalizou a batalha naval travada na Baía de Todos os Santos, quando da chegada dos holandeses, no quadro “Ataque de Salvador”, exposto no National Maritime Museum, em Greenwich.

Por sua vez, Claes Jansz Visscher registrou, em gravura, exibida no British Museum, em Londres, o momento da rendição do Governador Diogo de Mendonça Furtado, na qual estão o Desembargador Pedro Casqueiro da Rocha, à esquerda, e os demais enviados para Amsterdã, sendo, talvez, a mais antiga imagem conhecida de um membro da Relação da Bahia.

A imensa tela “La Recuperacion de Bahia de Todos los Santos”, tendo como inspiração a retomada de Salvador, de Juan Batista Maino, integra o acervo do Museu do Prado, em Madri.

Ao término do conflito, a Capital da Colônia estava arrasada; os holandeses incendiaram prédios públicos, residências, profanando e saqueando os templos católicos.

O Desembargador Francisco Mendes Marrecos perdeu inúmeros documentos, contudo seus descendentes conseguiram reunir grande parte dos que se encontravam nos arquivos portugueses e, atualmente, a coleção pode ser pesquisada na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Durante o período da ocupação estrangeira, o Tribunal da Relação, que já tinha um médico (Diogo Pereira) em seu quadro de funcionários, ainda se reunia no Palácio do Governo e não funcionou. A Invasão Holandesa traria consequências inevitáveis para a Corte de Justiça.

Fontes de pesquisa:

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Site do Exército Brasileiro – Guerra Holandesa – Primeiro Período – Invasão da Bahia

Site do Guia Geográfico Histórico da Bahia – Invasão Holandesa na Bahia



O Tribunal da Relação na defesa dos cristãos novos (judeus) e a desativação da Corte de Justiça

A Invasão Holandesa havia deixado um rastro de destruição e pobreza em Salvador, que foi ocupada pelo comandante espanhol da esquadra libertadora, Almirante Fradique de Toledo. Sabedor de uma investigação conduzida no âmbito do Tribunal da Relação, para apurar os fatos que desencadearam a queda da Capital da Colônia, requisitou os respectivos autos, todavia o pleito não encontrou guarida, e ele ordenou a execução de supostos traidores.

Ademais, o referido militar, aproveitando o clima de antissemitismo em Salvador, determinou a prisão de dezenas de cristãos novos e os condenou à morte, pois eram apontados, por parte da população, como colaboradores dos holandeses. A perseguição contra os judeus recrudescera após a segunda Visitação do Santo Ofício (Inquisição), em 1618 (a primeira ocorreu no ano de 1591).

O Chanceler (Presidente) da Corte de Justiça, Antão de Mesquita de Oliveira, enfrentou o Almirante, sustentando que ele estava extrapolando as suas funções, imiscuindo-se na jurisdição, perseguindo os cristãos novos (um grupo de cinco fora executado), tendo Portugal determinado a soltura dos prisioneiros.

Já na Espanha, Fradique de Toledo tratou de depreciar o trabalho desenvolvido pelos Desembargadores, retaliando-os pelo enfrentamento.

A débil situação financeira de Salvador, depois da Invasão Holandesa, exigiu uma impactante contenção de despesas. O indesejável aumento de impostos e taxas foi discutido e aprovado na Câmara Municipal. O aprimoramento do sistema de defesa da Capital da Colônia resultaria na construção de novas fortalezas. Logo, a manutenção do Tribunal da Relação passou a ser questionada, por representar um gasto dispensável.

A remuneração dos integrantes e principais servidores da Corte de Justiça, utilizando a moeda da época (real-réis), era assim distribuída: CHANCELER-410$000; PROCURADOR DA FAZENDA-400$000; DESEMBARGADORES-350$000 e 300$000; MEIRINHO DA RELAÇÃO-160$000; MEIRINHO DO OUVIDOR GERAL-84$000; e GUARDA MOR DA RELAÇÃO-50$000. No total, incluindo os funcionários restantes, a despesa fixa correspondia a 4:954$000, uma elevada soma. Portugal pagava muito bem aos Magistrados que trabalhavam além-mar. Os Desembargadores recebiam diárias nos deslocamentos pela Colônia, um bônus especial e a garantia de amparo à família, em caso de acidente; o incentivo compensava as agruras e o “difícil acesso”.

Se o custo do Tribunal já configurava justificativa suficiente para a sua desativação, por falta de dotação orçamentária, no período pós-guerra, a ausência de apoio político seria o motivo preponderante.

A instalação da Corte de Justiça, em 1609, desagradou muitos grupos, que se sentiram prejudicados. O clero, os militares, os ricos comerciantes e os políticos nunca aceitaram a independência do Sodalício, que representava um freio nas arbitrariedades e esperança para os pobres, até então completamente desamparados e desassistidos.

As capitanias, principalmente as do Sul, eram refratárias às inspeções dos Desembargadores. Pernambuco, a área mais rica da Colônia, nunca se conformou com a submissão ao Governo-Geral de Salvador, tampouco à Relação.

Não adiantou o documento elaborado por soteropolitanos, nominado “Razão q. darão os moradores da Bahya para não se extinguem a Relação” (redação original), apócrifo, que indicava os avanços, na sociedade colonial, com o funcionamento do Tribunal, malgrado reconhecesse excessos e desvios de alguns Magistrados, mazelas semelhantes às da Casa de Suplicação de Lisboa.

Outro episódio iria gerar desgaste político para a Relação, ao desconsiderar a ordem do Governador-Geral interino, Matias de Albuquerque, também Governador de Pernambuco, que determinara a soltura dos criminosos, a fim de que pudessem trabalhar na defesa de Salvador. Contrariando o Tribunal, a Coroa, em 1º de abril de 1626, ordenou a libertação dos presos, mesmo porque, no dia anterior, o Rei Felipe IV (III para os portugueses) havia acatado a sugestão do Conselho de Estado e decretado a extinção da Corte de Justiça, cujo ato foi publicado a 05 de abril.

Com a supressão, permaneceram, em Salvador, o Chanceler Antão de Mesquita de Oliveira, como Magistrado Real e Ouvidor-Geral, e o Desembargador Diogo de São Miguel Garcês, na função de Provedor dos Defuntos. Os pares retornaram a Portugal, servindo na Casa de Suplicação de Lisboa, na Relação do Porto ou nos Conselhos do Reino.

Em 14 de abril seguinte, reeditou-se o Regimento da Ouvidoria-Geral.

A abolição da Relação do Brasil comprometeu uma estrutura burocrática judiciária consolidada, integrada por Advogados que se instalaram na Capital da Colônia, atraídos pelo aumento do movimento forense.

Nos dezessete anos de funcionamento da Corte de Justiça, os Desembargadores atuaram em diversas frentes, deslocando-se por regiões inóspitas, cumprindo os deveres diante das adversidades, levando a prestação jurisdicional aos rincões mais distantes e contribuindo para o desenvolvimento do incipiente Poder Judiciário brasileiro. Só o tempo diria se a experiência do primeiro Tribunal das Américas havia alcançado seu objetivo ou fracassado na sua missão.

Fontes de pesquisa:

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625 – Ricardo Behrens

A reinstalação do Tribunal da Relação do Brasil e os primeiros Desembargadores Brasileiros

A extinção da Corte de Justiça configurou imenso retrocesso. Não demorou e a população percebeu o prejuízo causado.

Nesse ínterim, na Capital da Colônia, a 13 de dezembro de 1636, nascia Gregório de Matos Guerra, o “Boca do Inferno”, que seria um dos maiores poetas satíricos do Brasil e teceria ácidas críticas contra o Tribunal.

Os holandeses, vencidos em 1624, atacaram Pernambuco, no ano de 1630, e ali ficariam até 1654. O Conde Maurício de Nassau tentou reconquistar Salvador, havendo desembarcando no dia 16 de abril de 1638, no subúrbio de Escada. Apesar das pequenas vitórias ao obter a rendição de algumas unidades militares, no caminho para o centro da cidade, encontrou ferrenha resistência e a incursão implicou derrota fragorosa, diante dos efetivos dos Fortes de Nossa Senhora do Monte Carmelo (Barbalho) e de Santo Antônio Além do Carmo. Retirou-se com suas tropas, no dia 18 de maio, mantendo a frota de naus nas imediações de Itaparica, porém não conseguiu se apossar da localidade e voltou para o Recife, depois de saquear engenhos do Recôncavo. Os invasores retornariam àquela Ilha em 1642 e 1652, sem êxito.

No ano de 1640, a União Ibérica é extinta, com a restauração da monarquia portuguesa sob a dinastia do Duque de Bragança, que assume o trono como D. João IV.

Consequentemente, a Câmara Municipal de Salvador enviou vários requerimentos para Portugal, postulando a reativação da Relação. O último pleito foi encaminhado em 1652, entretanto, desde 1651, a Coroa já havia iniciado a seleção dos novos Desembargadores.

Finalmente, D. João IV, através da Carta Régia de 12 de setembro de 1652, reinstalou o Tribunal da Relação do Brasil. Aprovou-se o novo Regimento, no dia 03 de março de 1653, data da assunção dos Desembargadores Francisco de Figueiredo, Luís Salema de Carvalho, Simão Álvares de La Penha Deusdará, Francisco Barradas de Mendonça e Fernão de Maia Furtado, que prestaram juramento e assinaram o livro de posse, com capa de couro e desenhos à mão, conservado no Arquivo Público do Estado da Bahia. Houve redução de dez para oito integrantes e os demais (Afonso Soares da Fonseca, Jorge Seco de Macedo e Bento Rebelo) foram empossados nos anos seguintes.

Quando da reativação da Corte de Justiça, o Governador-Geral era João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, o Conde de Castello Melhor (1650-1654), que concluiu a construção do sobrado que iria abrigar o Tribunal, primeira sede própria, obra iniciada na gestão do Governador Luiz de Souza (1617-1621), situado na Praça do Palácio, ao lado deste, unidos por um passadiço, exatamente no local onde seria implantada a plataforma superior do Elevador Lacerda.

Simão Álvares de La Penha Deusdará tornou-se o primeiro Desembargador da Relação da Bahia nascido no Brasil. Ele era pernambucano, de família tradicional, que fornecia produtos para as tropas portuguesas, em Pernambuco, na luta contra os holandeses. Casou com a irmã do Padre Vieira, Leonarda Vieira Ravasco. Contudo, exerceria o cargo por pouco tempo, pois faleceria com a mãe, esposa e filhos num naufrágio, em viagem rumo ao Recife.

O primeiro baiano a ser Desembargador foi Cristóvão de Burgos Contreiras, nomeado para substituir o colega falecido, havendo ingressado, em 1654, na Corte de Justiça.

O Chanceler (Presidente) escolhido, Jorge Seco de Macedo, antigo Desembargador de Goa e Juiz da Casa de Suplicação de Lisboa, só aportou em Salvador no ano de 1655; na sua ausência, Francisco de Figueiredo (1653) e Cristóvão de Burgos Contreiras (1654) o substituíram.

O Governador-Geral não estaria mais obrigado a presidir as sessões da Corte, todavia continuava como Regedor. Por outro lado, passaria a ser empossado perante o Tribunal.

Salvador já havia retomado seu crescimento econômico e o Pelourinho, instrumento de poder e símbolo da Justiça, tinha sido transferido para o Terreiro de Jesus, em frente à Igreja dos Jesuítas. A Catedral da Sé, cuja edificação começara na gestão de Tomé de Sousa, serviu de unidade militar holandesa, durante a ocupação estrangeira, e foi bastante danificada. A Diocese permaneceu vacante (sem o Bispo) até 1634, ano da chegada de D. Pedro da Silva Sampaio, que liderou a reforma do templo.

A reinstalação do Tribunal da Relação, na Capital da Colônia, trouxe esperança de progresso e autonomia. A partir de então acompanharia a história do Brasil.

Fontes de pesquisa:

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625 – Ricardo Behrens

Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625 – Ricardo Behrens

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

O Tribunal da Relação e a escravidão indígena

O ambiente político-econômico-social da Capital da Colônia evoluía com a participação de cultos personagens históricos.

O Padre Antônio Vieira ordenou-se em Salvador, no dia 10 de dezembro de 1634, e tornou-se docente do Colégio dos Jesuítas, situado no Terreiro de Jesus. Ele seria conhecido pelos seus famosos sermões, nos púlpitos dos velhos templos católicos da Cidade, dentre eles, a antiga Sé, a atual Catedral, bem como as Igrejas D´Ajuda e da Misericórdia. Defendeu os indígenas e os judeus, embora não revelasse tamanha piedade para com os escravizados negros.

Gregório de Matos, após a conclusão dos estudos no Colégio dos Jesuítas, seguiu para Lisboa, em 1650, a fim de cursar Direito, na Universidade de Coimbra.

Somente quatro anos depois, o Nordeste brasileiro estaria livre dos holandeses, com a expulsão dos invasores de Pernambuco, que teve o apoio de tropas baianas.

Consequentemente, um tempo novo de progresso se fez presente em Salvador, tanto que, no ano de 1658, Portugal autorizou a elevação do número de Desembargadores da Corte de Justiça, de oito para dez, todavia isso não iria se concretizar de imediato.

Problemas surgiriam com atitudes reprováveis de alguns integrantes do Tribunal: suborno e não pagamento de aluguel de residência foram apontados, sem punição.

No ano de 1663, o Governador-Geral Francisco Barreto de Menezes, por ordem do Rei D. Affonso VI, determinou a demolição do prédio rústico do Palácio do Governo, visando à construção de um novo imóvel, com largura e altura preservadas até a atualidade, cuja obra demorou muitos anos, mantendo-se o passadiço que o unia ao sobrado da Relação.

O segundo Desembargador nascido na Bahia foi João de Góes e Araújo, que assumiu o cargo em 1667.

Naquele ano, um tensionamento entre o Governador-Geral Vasco Mascarenhas (Conde de Óbidos) e o Desembargador Manoel de Almeida Peixoto resultou na suspensão da remuneração do Magistrado, por inúmeras ausências na Corte de Justiça. Ele se refugiou num mosteiro, com receio de ser morto.

Gregório de Matos, que havia se graduado em Direito Canônico, no ano de 1661, e assumido um cargo de Juiz de Fora, no território português, a partir de 1663, representaria a Bahia nas Cortes de Lisboa, em 1668.

Já o Padre Vieira vivenciou rica trajetória. Foi Conselheiro do Rei D. João IV e pregou na capital portuguesa. Serviu como diplomata do Reino, na Holanda e na França, de 1646 a 1648. De volta ao Brasil, esteve no Maranhão e no Grão-Pará.

Ao retornar à Europa, sobreviveu a uma severa tempestade, nas proximidades dos Açores, que quase levou ao naufrágio o navio que o conduzia. Em Portugal, foi punido pela Inquisição, objeto de suas críticas, com a reclusão no Colégio dos Jesuítas de Coimbra, entre 1665 e 1667, quando foi transferido para Lisboa, onde permaneceu até 1668, tendo recebido o perdão. Na sequência, abrigou-se em Roma, de 1669 a 1675, impressionando a Cúria com sua oratória e tornando-se confessor da Rainha Cristina da Suécia, que ali morava.

À medida que os colonos ocupavam vastas áreas do interior brasileiro, os conflitos eram inevitáveis. Na sessão do Tribunal da Relação, realizada no dia 04 de março de 1669, o Governador Alexandre de Souza Freire relatou um ataque indígena, em solo baiano, tendo tal fato constado da ata assinada pelo Chanceler (Presidente) Agostinho de Azevedo Monteiro. O Padre Vieira não conseguira a abolição da escravidão dos nativos. Seus protegidos continuavam sendo dizimados.

Fontes de pesquisa:

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625 – Ricardo Behrens

Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625 – Ricardo Behrens

O Padre Antônio Vieira – um diplomata desastrado – Vasco Mariz

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

O Tribunal da Relação e a Religiosidade

O catolicismo era a religião oficial em Portugal e, consequentemente, as principais ordens religiosas (jesuítas, beneditinos, franciscanos, carmelitas calçados, carmelitas descalços, capuchinhos, agostinhos e dominicanos) foram se instalando na Capital da Colônia, construindo igrejas, conventos e mosteiros.

O guindaste com roldanas representava o meio utilizado no transporte do pesado material para as edificações, unindo a Cidade Baixa à Cidade Alta, O principal e mais antigo estava instalado ao lado do imóvel da Relação, onde séculos depois seria erguido o Elevador Lacerda. Pelo menos, as áreas de dois guindastes foram aproveitadas na implantação dos planos inclinados, também conhecidos, na atualidade, como bondinhos ou “charriots”: o dos jesuítas, onde hoje existe o Plano Inclinado Gonçalves (atrás da Catedral); e o dos carmelitas calçados, no qual se encontra o Plano Inclinado do Pilar, nas proximidades do Convento do Carmo. Funcionaram outros dois, nas imediações da Igreja da Conceição, que serviam aos beneditinos do Mosteiro de São Bento e aos carmelitas descalços do Convento de Santa Tereza, há muito tempo desativados.

Anualmente, a Corte de Justiça organizava a missa, na Festa do Divino Espírito Santo, no dia 31 de maio, na Igreja do Carmo, com a participação de autoridades. A homilia sempre girava em torno da justiça, divina ou humana, tendo sido preservado o texto de 1672.

Registre-se que, no interior da sede do Tribunal, havia uma capela, e, antes das sessões, o Capelão celebrava a eucaristia. Os Desembargadores, quando faleciam, eram sepultados no interior dos templos ou nos cemitérios situados nos conventos e mosteiros.

No dia 22 de novembro de 1676, a Diocese de São Salvador da Bahia de Todos os Santos foi elevada à categoria de Arquidiocese, tornando-se a maior do mundo e assim permaneceu até 1892. O primeiro Arcebispo, Gaspar Barata de Mendonça, estando doente, assumiu por procuração, em Portugal. Mesmo distante, no ano de 1677, autorizou a fundação do Convento de Santa Clara do Desterro, o primeiro de uma ordem feminina na Colônia, gerido pelas clarissas, bem como a criação da Relação Eclesiástica, com três especialistas em Direito Canônico, surgindo, a partir daí, conflitos de competência envolvendo a Corte de Justiça. Ele morreu depois de se afastar da Arquidiocese Primaz do Brasil, sem nunca ter aqui desembarcado.

Gregório de Matos, em 1679, retornou à Capital, firmando-se como escritor, poeta satírico e burlesco, advogado e cronista de costumes. Atuou no Tribunal e conviveu com seus integrantes, elogiando-os ou criticando-os. O “Boca do Inferno”, no poema “Epílogos – Que falta nesta cidade?,,,”, asseverou que a justiça era “bastarda”, “vendida” e “injusta”. Em uma de suas publicações, no capítulo denominado “Juízes de Iguaraçu”, reuniu doze poemas abordando os julgamentos da Relação e o cotidiano de seus membros, inclusive a condenação à forca e ao esquartejamento de três homens pardos que teriam ameaçado alguns Desembargadores.

A participação de brasileiros no Tribunal da Relação ainda era diminuta, o que levou a Câmara Municipal a debater a ampliação do número de Desembargadores nascidos na Colônia. O terceiro Desembargador baiano, Joao da Rocha Pita, assumiu no ano de 1678. Solteiro, não adquiriu propriedades, vivendo da remuneração e recebendo elogios pela sua lisura, tendo recusado cargos em Lisboa.

Por sua vez, o primeiro Desembargador baiano, Cristóvão de Burgos Contreiras, em 1680, seguiu para Portugal, a fim de atuar na Casa de Suplicação (a Suprema Corte). Ele havia sido Chanceler (Presidente – 1654) e Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1665).

Ainda no ano de 1680, o Governador-Geral, Roque da Costa Barreto, reclamou do comportamento de quatro Desembargadores, o que resultou na transferência dos Magistrados para a capital portuguesa.

Num caso atípico, alguns Julgadores foram obrigados a indenizar Domingos da Costa Guimarães, açoitado injustamente.

Já o Padre Vieira retornou a Salvador em 1681, bastante idoso. Ele que, desde a infância, acompanhou a trajetória da Corte de Justiça, no ano de 1683, iria ser envolvido, com seu irmão Bernardo, numa investigação criminal conduzida pelo próprio Tribunal, sobre a morte, por emboscada, de Francisco Telles de Menezes, amigo do Governador Antônio de Sousa de Menezes, desafeto dos Vieira. Alguns que atuaram na empreitada criminosa, inclusive o principal suspeito, Antônio de Brito de Castro, esconderam-se no Colégio dos Jesuítas, objeto do cerco de militares. Bernardo estava preso na Cadeia da Relação, localizada no porão da Câmara Municipal, enquanto o Padre Vieira era apontado como cúmplice. O Desembargador Manoel da Costa Palma presidiu, inicialmente, o apuratório, tendo sido substituído por João da Rocha Pita, diante da acusação de parcialidade. Ao final, Antônio de Brito de Castro obteve o perdão e os membros da família Vieira, que alegavam perseguição política, foram inocentados.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

A epidemia de febre amarela e a morte de cinco Desembargadores

O Porto da Capital da Colônia era o mais importante do Atlântico Sul, parada obrigatória para o conserto de avarias nas naus, em razão dos estaleiros e oficinas existentes. O movimento de passageiros e cargas era intenso, inclusive de escravizados vindos da África.

No ano de 1668, o naufrágio do Galeão Sacramento, nas proximidades do Forte de Santo Antônio, comoveu a população de Salvador e precipitou os estudos para a instalação do Farol da Barra, o primeiro do Brasil, ocorrida em 1698. Na fortificação que serve de base, encontram-se expostos diversos objetos da embarcação submersa, recuperados na década de 1970.

Em 1685, a epidemia de febre amarela irrompe no Recife, trazida por um navio cuja rota incluía São Tomé e Santo Domingo, nas Antilhas, onde a doença grassava. Não demoraria para se espalhar em Salvador, pois a derrubada da Mata Atlântica propiciava a proliferação do mosquito transmissor.

No dia 04 de abril de 1686, dois homens foram as primeiras vítimas. Um dos sintomas, a pele amarelada, serviu para nominar a moléstia.

Num curto espaço de tempo, “o mal da bicha”, como foi apelidado o surto, ceifou a vida de Dom João Madre de Deus Araújo, Arcebispo Primaz do Brasil, em 13 de junho daquele ano.

A tragédia que se abateu sobre os soteropolitanos levou a população a invocar a intercessão de São Sebastião, São Gonçalo e São Francisco Xavier. Este último, também conhecido como Apóstolo do Oriente, por ter sido jesuíta evangelizador e sucumbido diante de uma epidemia, quando se aproximava da costa chinesa, ganhou logo a devoção. Ele era espanhol e morreu em 1552, aos 46 anos.

A contaminação se alastrou, até mesmo no Recôncavo, alcançando quem havia ali se abrigado.

As autoridades, o clero, a elite e os populares viram, na doença disseminada, uma punição aos pecados. Procissões foram organizadas, inclusive com a imagem de São Francisco Xavier e sua relíquia (parte de um osso de seu corpo), trazida pelos jesuítas, que percorreu o perímetro do atual Centro Histórico. Consequentemente, a Câmara de Vereadores reconheceu, no dia 10 de maio de 1686, aquele Santo como o padroeiro de Salvador, o que constou da Provisão Régia, de 03/03/1687, referendada pela Sagrada Congregação dos Ritos, em 13/03/1688.

Até mesmo o Governador-geral Matias da Cunha faleceria no dia 24 de outubro de 1688, em decorrência da febre amarela, tendo sido constituído um governo provisório dirigido pelo novo Arcebispo, D. Frei Manoel da Ressurreição, com a participação do Chanceler (Presidente) da Relação, Desembargador Manoel Carneiro de Sá.

Na Capital da Colônia, de 1686 a 1692, cerca de 25 mil pessoas adoeceram e novecentas pereceram, inclusive dois médicos e alguns jesuítas. Poucos escravos foram a óbito, talvez por terem os anticorpos contra o vírus.

Entre 1685 e 1687, faleceram cinco Desembargadores, vitimados pela enfermidade: MANOEL DA COSTA PALMA, JOÃO DE GÓES E ARAÚJO, JOÃO DE COUTO DE ANDRADE, JOSÉ DA GUARDA FRAGOSO e JERÔNIMO DE SÁ E CUNHA.

Somente em1692, a “peste” findou.

Desde 1686, anualmente, no dia 10 de maio, a mesma imagem de São Francisco Xavier é conduzida pelos Vereadores da Câmara Municipal até a Catedral Basílica, onde é celebrada Missa, em agradecimento. Da sacristia do templo, antiga Igreja dos Jesuítas, o padroeiro de Salvador continua protegendo a Cidade, das epidemias, ao longo dos séculos.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

História da Febre Amarela no Brasil – Odair Franco

Os santos e a peste no brasil colonial (1685-1754) – Edson Tadeu Pereira

A peleja de São Francisco contra o mal da bicha – Diogo Tavares

O Desembargador que construiu o Solar do Unhão

O Tribunal da Relação, ao longo dos anos, recebeu elogios pela atuação de alguns de seus membros. Em 1687, ao se aposentar, o Desembargador Francisco Mendes Galvão foi enaltecido na Câmara de Vereadores de Salvador, pela sua total imparcialidade, sendo apontado como paradigma de Magistrado para as futuras nomeações.

O Solar do Unhão, belo conjunto arquitetônico, localizado na encosta da Capital da Colônia, foi construído, em 1690, pelo Desembargador Pedro de Unhão Castelobranco (seria algum antepassado do Desembargador Nilson Castelo Branco?). O imóvel contém casarão, atracadouro, senzala, fonte de água e uma igreja. À época, situava-se fora dos limites da Cidade. Esteve vinculado à Revolta dos Búzios (Revolução dos Alfaiates), em 1798, pois serviu de esconderijo. Atualmente, é um complexo cultural, abrigando o Museu de Arte Moderna da Bahia, cinema, salão de exposição e área para shows. Configura imensurável legado.

Já o Desembargador João da Rocha Pita, terceiro baiano a integrar a Corte de Justiça, foi louvado pelo Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que encaminhou para o Conselho Ultramarino, no dia 25 de junho de 1691, o seguinte encômio: “DOUTOR JOÃO DA ROCHA PITTA SENDO FILHO DESTA TERRA E ESTANDO NELA HÁ TANTOS ANOS, VIVE SEM CASAR TENDO A IDADE DE 55 ANOS E PARECE QUE NÃO TEM PARENTES PELA ISENÇÃO NOTÁVEL COM QUE VIVE; E NÃO TEM FAZENDA NENHUMA NESTE ESTADO E VIVE SÓ COM SEUS ORDENADOS E LIMPEZA DE MÃOS COM GRANDE CRÉDITO DE MINISTRO DE V. MGE” (redação original).

No ano de 1692, Dionísio de Ávila Varieiro, Desembargador destemido, deslocou-se com cinquenta soldados para Porto Seguro, a fim de enfrentar criminosos, tendo os chefes sido apenados e enforcados.

Os embates entre o Poder Judiciário e o Governo-geral continuavam, a ponto do Governador Câmara Coutinho requerer a Portugal a nomeação de Desembargadores com faixa etária mais elevada, diante dos arroubos próprios dos mais novos.

No ano de 1693, o Desembargador João de Sousa apontou sete homens como autores de uma emboscada que objetivava a sua morte. Os acusados postularam o desaforamento, pois temiam o corporativismo dos colegas da vítima.

A prosperidade de Salvador levou a Coroa Portuguesa a fundar a primeira Casa da Moeda do Brasil, em 1694, tendo como Superintendente o Desembargador João da Rocha Pita, já no cargo de Chanceler da Relação. Seria mais uma atribuição, doravante, do Presidente do Tribunal.

No Governo de João de Lencastre (1694-1702), foram edificadas fortificações e construídos alguns imóveis para o serviço público, inclusive as sedes da Alfândega e da Casa da Moeda, na Praça do Palácio, nas proximidades do sobrado da Corte de Justiça, que teve seu espaço reformado e ampliado: no térreo, funcionava a Tesouraria da Colônia e, no primeiro pavimento, reunia-se o Tribunal.

A Relação da Bahia, em 1695, ganhou um grande reforço intelectual com a nomeação de Manoel da Costa Bonicho, professor da Universidade de Coimbra, para o cargo de Desembargador.

Naquele ano, a descoberta das jazidas de ouro, em Minas, faria com que o Império Português voltasse sua atenção para o sudeste da Colônia. O novo ciclo econômico traria prejuízos para o nordeste. O açúcar, que tinha o preço fixado pela Corte de Justiça, perderia a prioridade.

A Inquisição absolveu Gregório de Matos, depois de haver sido acusado de blasfêmia. Ele atraiu muitos inimigos, com sua irreverência, inclusive o Governador Câmara Coutinho, cujo sucessor, João de Lencastre, admirador do poeta, atenuou sua punição e o deportou para Angola, em 1694. Ao informar às autoridades portuguesas sobre os preparativos de uma revolta no solo africano, o "Boca do Inferno" recebeu, como recompensa, a autorização de retorno ao Brasil, todavia ficou impedido de residir em Salvador. Instalou-se no Recife e continuou escrevendo seus poemas satíricos. Ali, faleceria em 26 de novembro de 1696, poucos dias antes de completar sessenta anos, acometido de uma doença contraída na África.

Meses depois, ocorreria a morte do Padre Antônio Vieira, no dia 18 de julho de 1697, aos oitenta e nove anos, na Quinta dos Jesuítas, em Salvador, local do seu sepultamento e que abriga, na atualidade, o Arquivo Público do Estado da Bahia, guardião do acervo histórico do Tribunal da Relação.

As vidas de Gregório e Vieira se cruzaram, coincidentemente. Em períodos distintos, estudaram no Colégio dos Jesuítas e foram julgados pelo Tribunal da Relação da Bahia.

O Colégio dos Estudos Gerais dos Jesuítas de Salvador, em verdade, era uma pequena universidade, visitada por professores da Universidade de Évora, também da Companhia de Jesus, que rivalizava com a Universidade de Coimbra. Há quem sustente que o Colégio dos Jesuítas da Bahia, apesar dos requerimentos oficiais, não foi reconhecido como uma universidade, por receio de Portugal ter um centro de estudos superiores na Colônia. O próprio Padre Anchieta, também aluno do Colégio baiano, asseverou que a instituição de ensino, onde se lecionava Teologia, Artes, além de Fortificação e Artilharia (estas últimas compondo o curso de Engenharia), nada devia às universidades portuguesas.

O século XVII findava com uma boa nova para os Desembargadores da Relação da Bahia: sua remuneração foi reajustada, no ano de 1699.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Primeira Universidade do Brasil – Guia Geográfico – História da Bahia – Jonildo Bacelar

O Tribunal da Relação e a primeira academia de literatos do Brasil

O Iluminismo surgiu no século XVIII, na Europa, e o Brasil não ficaria imune às novas ideias.

Os Desembargadores do Tribunal, em 1704, continuavam com amplas atribuições, como a inspeção de navios, para coibir o contrabando de pau-brasil, além de correições no continente africano. Havia previsão de pagamento de diárias e, não raro, ocorria discrepância entre a duração da viagem e o correspondente pagamento.

A diversidade de tarefas comprometia o desenvolvimento do trabalho forense, tanto que a Corte de Justiça era apontada como morosa; os investigados e acusados permaneciam encarcerados durante longos períodos, na Cadeia da Relação, situada no porão da Câmara Municipal de Salvador.

O fluxo de Desembargadores era intenso. Em 1709, cinco deles, incriminados em devassas (apurações), perderam seus cargos e retornaram a Portugal, por desvio de comportamento. No ano seguinte, o Sodalício recebeu seis novos integrantes.

As atividades sociais exigiam a participação em instituições e irmandades religiosas. A Santa Casa de Misericórdia, cuja missão era múltipla, abrangendo desde a assistência jurídica aos réus carentes até o empréstimo de vultosas quantias, teve oito Desembargadores no exercício do cargo de Provedor, entre 1609 e 1716.

Por outro lado, naquele ano de 1716, o Vice-Rei Pedro Antônio de Noronha (a partir de 1640, alguns Governadores-gerais receberam o título de Vice-Rei) determinou a prisão do Desembargador Cristóvão Tavares de Morais, por ter este tentado impedir a detenção de escravos de sua propriedade, que, num conflito de rua, haviam agredido um policial.

O Pelourinho, instrumento de punição para criminosos condenados ao açoite, em 1718, depois de muitas reclamações dos jesuítas, foi transferido do Terreiro de Jesus para as proximidades da Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos, eternizando o nome da localidade.

A intolerância religiosa ainda imperava. O Desembargador Afonso Rodrigues Bernardo Sampaio, apontado como cristão-novo, em razão da avó paterna judia, quando era integrante da Magistratura portuguesa, por pouco não foi nomeado para a Relação da Bahia, o que só se concretizou em 1719. Anos depois, recebeu punição por desenvolver atividade comercial.

Em 23 de abril de 1724, o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses convidou seis eruditos, residentes em Salvador, visando à fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos, a pioneira. O título decorreu da criação, em 1720, da Academia de História de Portugal, com representantes de todas as colônias, à exceção do Brasil. Três Magistrados integraram a Brasílica: o Chanceler da Relação da Bahia, Caetano Brito de Figueiredo; o Desembargador Luís de Siqueira da Gama, Ouvidor-Geral do Cível; e o Juiz de Fora Inácio Barbosa Machado.

O primeiro produziu a obra “DISSERTAÇÕES ACADÊMICAS E HISTÓRICAS NAS QUAIS SE TRATA DA HISTÓRIA NATURAL DAS COUSAS DO BRASIL” e já havia publicado, em Lisboa, no ano de 1718, o “DIÁRIO PANEGYRICO DAS FESTAS QUE NA FAMOSA CIDADE DA BAHIA SE FIZERÃO EM APPLAUSO DO FAUSTO E FELIZ NATALÍCIO DO EXMO. SENHOR D. PEDRO DE NORONHA” (redação original).

A missão da Academia, aberta os interessados, era reunir a História do Brasil (militar, eclesiástica, política e natural) e repassar à Metrópole. A iniciativa foi objeto de matéria no jornal francês Mercure Historique de France.

A Academia teve vida curta e encerrou as atividades no dia 04 de fevereiro de 1725, porém representou um avanço significativo na cultura da Capital da Colônia, que, ao longo do século XVIII, receberia, através de seu porto, viajantes cultores das letras, bem como jovens estudantes baianos, que retornavam da Europa, trazendo ideais libertários.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia dos Esquecidos – O Movimento Academicista e a Academia Brasílica dos Esquecidos – Fábio Mendonça Pedrosa



O Assassinato de um Desembargador

No século XVIII, Salvador era a cidade mais populosa do Brasil.

A pirataria aterrorizava os mares. Em 1710, corsários franceses tentaram ocupar a Bahia, maior produtora de açúcar da Colônia, mas foram rechaçados. No ano seguinte, o Rio de Janeiro pagou um resgate, para se ver livre dos criminosos de mesma nacionalidade. Na escalada de violência, em 1718, o Tribunal da Relação condenou à forca vinte e sete piratas ingleses.

As sessões da Corte de Justiça eram realizadas às terças, quintas e sábados, exceto nos feriados, das 07 às 12:00 horas. A Ouvidoria Geral do Cível se reunia às segundas e quintas, à tarde. Já a Ouvidoria Geral do Crime, às terças e sextas, no turno vespertino. Os recursos cíveis tinham prioridade sobre os criminais.

Aos escravizados e despossuídos reservavam-se as sanções mais rigorosas. O açoite era largamente aplicado. Sentença registrada no Livro do Tribunal, preservado no Arquivo Público do Estado da Bahia, puniu uma mulher negra com quinhentas chibatadas, sob acusação de prática de “bruxaria”, tendo a execução sido suspensa, após dezenas de golpes, o que deixou a ré à beira da morte.

Portugal determinou que a Relação investigasse os casos de crueldade contra os negros, o que possibilitava a Corte obrigar os proprietários a venderem os cativos vítimas de maus tratos. Ademais, escravizados eram utilizados no cometimento de delitos, confiando seus senhores na impunidade, caso os crimes fossem descobertos.

Em 1726, o ordenado básico dos Desembargadores elevou-se para 600 mil réis. Eles recebiam bonificações nos dias santificados. Posteriormente, foram acrescentadas algumas gratificações, podendo a remuneração atingir 1 conto e 200 mil réis.

Alguns Magistrados de Portugal obtinham o título de Desembargador da Relação da Bahia, porém nunca atuaram em Salvador. Outros funcionavam como substitutos, aguardando vagas.

No dia 20 de setembro de 1734, um homem assassinou o Desembargador Luís de Sousa Pereira, enquanto este jantava em sua propriedade, situada na outrora próspera Santiago do Iguape, localidade de Cachoeira, onde possuía engenho. Nascido na Bahia, ingressou na Corte de Justiça, em 1717, e casou-se com brasileira, dois anos depois, após autorização. Provavelmente, o primeiro homicídio, que vitimou um membro do Tribunal, ocorreu por motivos relacionados aos seus negócios particulares.

Mais um Professor da Universidade de Coimbra foi nomeado como Desembargador da Relação da Bahia, no ano de 1741; Antônio Álvares da Cunha lecionava Direito Canônico.

A extensão da jurisdição até a África, exigindo correições e outros deslocamentos, sempre foi questionada pela Corte de Justiça, que se recusou a julgar, em 1744, sete líderes de uma revolta de escravizados, sucedida na Ilha de São Tomé e Príncipe, trazidos para a Capital da Colônia. Portugal resolveu o impasse, ordenando o julgamento.

Theodózio Rodrigues de Faria, Capitão da Marinha Portuguesa e devoto de Nosso Senhor do Bonfim, padroeiro de Setúbal, sua terra natal, ao sobreviver a um naufrágio, cumpriu a promessa de trazer a réplica da imagem do Santo para Salvador, o que se concretizou no dia 18 de abril de 1745, quando foi colocada a primeira pedra do templo de fé dos baianos. Enquanto a obra avançava, o grande crucifixo permaneceu na Igreja de Nossa Senhora da Penha, na Ribeira, até 1754. Das janelas do sobrado do Tribunal da Relação, localizado na Praça do Palácio, na Cidade Alta, de onde se descortinava uma bela vista da Baía de Todos os Santos, os Desembargadores acompanhariam a construção do santuário, na colina sagrada, em Itapagipe, rogando proteção.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

A cabeça do Brasil – A Cidade do Salvador e os caminhos da capitalidade na Bahia (1481-1808) – Lívia Pedro – Programa de Pós-graduação em História – UFBA

A instalação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

A ascensão de D. José I, em 1750, como monarca de Portugal, confunde-se com o início da era pombalina, na qual Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, atuará como Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, espécie de Primeiro-Ministro, transformando a administração da Metrópole e das Colônias.

Depois de cento e quarenta e três anos, foi instalado no Rio de Janeiro, em 1752, o segundo Tribunal da Relação do Brasil. Desde 1734, já havia uma deliberação positiva do Conselho Ultramarino de Portugal, atendendo aos pedidos da Câmara Municipal de Vila Rica, área em franca expansão política e econômica, após a descoberta das minas de ouro. D. José I assinou o Regimento da Corte, em 1751, e sua estrutura era idêntica à da Bahia. O Chanceler (Presidente) seria o baiano João Pacheco Pereira de Vasconcelos, competente Magistrado, que ocupara diversos cargos na Coroa Portuguesa. Dois experientes Desembargadores do Tribunal da Bahia, Agostinho Felix Santos Campelo e Manoel da Fonseca Brandão, integrariam aquele novo Sodalício.

A partir de então, a Justiça da Colônia estaria dividida, administrativamente, em três regiões: norte, desde o Piauí (Tribunal da Relação de Lisboa); nordeste com áreas de Goiás e Minas (Tribunal da Relação da Bahia); e sul/sudeste, englobando parte do centro-oeste (Tribunal da Relação do Rio de Janeiro).

Ainda em 1752, Antônio de Sant´Anna Galvão, com treze anos de idade, foi matriculado no Seminário de Belém de Cachoeira, na Bahia, pertencente aos jesuítas, e ali permaneceu até 1754, quando seu genitor, com receio da perseguição contra a Companhia de Jesus, promovida pelo Marquês de Pombal, providenciou sua transferência para o Convento dos Franciscanos de Taubaté, em São Paulo, onde se ordenou como Frei Galvão. Paulista de Guaratinguetá, sua fama de caridoso logo se espalhou. Falecido em 1822, a ele foram atribuídas curas milagrosas, tendo sido canonizado, no dia 11 de maio de 2007, na condição de primeiro Santo brasileiro.

Entre 1754 e 1755, o Chanceler da Relação da Bahia, Manuel Antônio da Cunha Soutomaior, integrou a Junta Governativa do Brasil, ao lado de José Botelho de Matos e Lourenço Monteiro, enquanto o Vice-Rei Marcos José de Noronha e Brito, o 6º Conde dos Arcos, não assumia o Governo-geral.

Terremoto de grandes proporções, em 1755, devastou Lisboa. O aumento do tributo colonial e o ouro produzido no Brasil serviram para a reconstrução daquela Cidade.

Um dos projetos do Marquês de Pombal, o término da escravidão indígena, na Colônia, foi implantado no ano de 1758.

Em mais de dois séculos, diversas nações foram exterminadas e centenas de tribos dizimadas, pela conquista, por doenças e devido ao cativeiro.

Na velha Salvador, além do litoral, o centro abrigava diversos grupos de Tupinambás, nos primeiros anos da colonização. Existiam aldeias no Terreiro de Jesus, Carmo e Desterro; ao longo da atual Avenida Sete, havia outras em São Bento, no Campo Grande e Largo da Vitória. Os indígenas atraíram religiosos que foram construindo pequenas ermidas dedicadas à devoção da Santa Cruz, do Espírito Santo, de São João, Santo Antônio e São Sebastião, nomes dos aldeamentos. O Mosteiro de São Bento, edificado em 1582, no exato local da pequena capela de palha da aldeia de São Sebastião, é dedicado ao referido Santo. Caramuru e Paraguaçu, formadores do primeiro núcleo familiar brasileiro, promoveram a doação de extensas terras ao Mosteiro de São Bento, parte delas sob seu domínio, na atualidade. Como prova da presença dos nativos na área central da Cidade, durante as escavações arqueológicas das obras de revitalização da Avenida Sete, no ano pretérito, foi encontrada uma urna funerária indígena.

As Ordens Religiosas criaram missões e protegeram as aldeias, mas desrespeitaram a cultura dos nativos, catequizados à força; até mesmo os franciscanos administravam aldeamentos no interior da Bahia.

Os indígenas, com o fim do cativeiro, passariam a ser tutelados por um órgão público, denominado Diretório dos Índios, e deveriam se aculturar, inclusive aprendendo a língua portuguesa.

O Marquês de Pombal incumbiu José Mascarenhas Pacheco Pereira, filho do Chanceler do Tribunal da Relação do Rio, de providenciar o inventário dos bens pertencentes aos jesuítas na Colônia, porém este vislumbrou a possibilidade de historiar a colonização e a presença da Companhia de Jesus, desde a ocupação do Brasil.

Consequentemente, reuniu historiadores, escritores, intelectuais e cinco Magistrados, incluindo dois Desembargadores (o Chanceler Thomaz Roby de Barros Barreto e Luís Rebelo Quintela), em Salvador, fundando, no dia 06 de junho de 1759, no Convento do Carmo, com discursos e entrega de diplomas, a Academia Brasílica dos Renascidos, a segunda do Brasil, que teria quarenta membros. Ele integrava a Academia Real de História Portuguesa e era presidente da Academia dos Ocultos de Lisboa. O poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa, um dos inconfidentes, foi membro supranumerário, pois não residia na Bahia, malgrado mantivesse intensa correspondência com alguns Acadêmicos.

O programa da Academia exigia a pesquisa sobre determinado tema, tentando resgatar a história. A Corte de Justiça baiana foi objeto da curiosidade dos Acadêmicos, afinal havia sido instalada há mais de um século. Eis os questionamentos formulados, que deveriam ser respondidos: “quando se estabeleceu a primeira vez a Relação neste Estado da Bahia? Quem foi o chanceler que veio criar? Quanto tempo durou o seu despacho? E porque se extinguiu? O motivo da segunda vez se erigir este tribunal? Como? Por quem? E em que tempo?” (redação original).

Cinco meses após a fundação da Academia, o devaneio de José Mascarenhas Pacheco Pereira não o impediu de ser preso no Rio de Janeiro, tendo sido transferido para um presídio em Santa Catarina, no qual permaneceu quatorze anos recolhido, sob acusação de complacência com os jesuítas e simpatia pelos franceses, que desejavam se apossar de territórios no Brasil.

O ano de 1759 seria marcado pela ordem de expulsão dos jesuítas de Portugal e suas Colônias, no dia 03 de setembro. Coincidentemente, o Tribunal da Relação da Bahia substituiu José Mascarenhas Pacheco Pereira no inventário dos bens da Companhia de Jesus, fiscalizando a partida dos religiosos.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

O Tribunal da Relação da Bahia, o padre José de Anchieta e a transferência da capital

Em 1760, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, por ato do Marquês de Pombal, o Chanceler da Relação da Bahia, Thomaz Roby de Barros Barreto, foi designado para inventariar, sequestrar e alienar os bens pertencentes à Companhia de Jesus.

Para cumprir o desiderato, delegou aos demais Desembargadores parte da missão, tendo como critério a territorialidade: JOÃO PEDRO DA SILVA HENRIQUES (Porto Seguro e Caravelas); FERNANDO JOSÉ DA CUNHA PEREIRA (Rio de Contas, Camamu e Ilhéus); FRANCISCO DE FIGUEIREDO VAZ (Seminário de Belém de Cachoeira – onde estudou o Santo Frei Galvão); LUIZ REBELO QUINTELA (Santo Amaro e Engenhos do Conde e Pitanga); SEBASTIÃO FRANCISCO MANOEL (Engenhos Pitanga e Cotegipe). Reforçaram a equipe os Desembargadores CYRIACO ANTÔNIO DE MOURA TAVARES, BERNARDINO FALCÃO DE GOUVEA, FRANCISCO ANTÔNIO BERQUÓ DA SYLVEIRA PEREIRA e LUIZ JOSÉ DUARTE FREIRE, além dos Ouvidores Luiz Freire Deveras (Salvador), Manoel Dias Mascarenhas (Fazendas da Região de Jacobina) e Miguel de Arex Lobo de Carvalho (bens da Comarca de Sergipe de El-Rey).

No altar mor da Igreja dos Jesuítas (atual Catedral de Salvador), por ordem do Papa Urbano VIII, as relíquias do Venerável Anchieta (quatro ossos da perna e duas túnicas) estavam acondicionadas num cofre de jacarandá. Nascido na Espanha, em Tenerife, nas Ilhas Canárias, no dia 19 de março de 1534, e descendente de judeus, muito perseguidos pela Inquisição Espanhola, ele optou por estudar em Coimbra, havendo ingressado na Companhia de Jesus, como noviço, a 01 de maio de 1551. Escolhido para trabalhar no Brasil, desembarcou na Capital, em 13 de julho de 1553, com o segundo Governador-Geral, Dom Duarte da Costa, integrando-se ao grupo do Padre Manoel da Nóbrega. Continuou os estudos no Colégio dos Jesuítas, mas acompanhou seu superior na viagem para São Vicente, quando fundaram a Cidade de São Paulo. Retornou a Salvador, a fim de se ordenar sacerdote, em 1566, aos trinta e dois anos. Foi Provincial da Companhia de Jesus do Brasil, de 1577 a 1587. Faleceu no Espírito Santo, no dia 09 de junho de 1597, tendo sido sepultado em Vitória.

Em 1617, houve a instauração do seu processo de beatificação, na Igreja dos Jesuítas de Salvador, razão pela qual ali se encontravam as relíquias, encaminhadas para Portugal, pelo Chanceler da Corte de Justiça baiana, Thomaz Roby, através da nau Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, comandada por Antônio de Brito Freire, Capitão de Mar e Guerra. Cento e vinte e quatro religiosos, residentes na Bahia, em virtude da expulsão, voltaram para Lisboa. Uma carta de 12 de abril de 1760, da lavra do Desembargador Presidente, dirigida ao Rei de Portugal, Dom José I, acompanhou o cofre de jacarandá. O Vaticano somente beatificaria Anchieta no ano de 1980, quando as relíquias foram devolvidas; atualmente, encontram-se em São Paulo. A canonização do “O Apóstolo do Brasil” ocorreu no dia 03 de abril de 2014.

Na sequência, o Chanceler da Relação da Bahia ainda atuou como diretor do Colégio dos Jesuítas, após a expulsão dos religiosos, e examinador, nas últimas avaliações dos alunos, nas disciplinas Gramática Latina e Retórica, sendo auxiliado por padres franciscanos e carmelitas.

O referido estabelecimento de ensino, cujo Curso de Teologia e Ciências Sagradas é considerado, por alguns, o primeiro de nível superior do Brasil, encerrou suas atividades, representando grande perda para a sociedade brasileira. Um dos estudantes, que interromperam seus estudos, foi o jovem Tomás Antônio Gonzaga, futuro poeta e participante da Inconfidência Mineira, que se mudou para Coimbra.

Com a morte do Governador-Geral Antônio de Almeida Soares Portugal, o 1º Marquês de Lavradio, em 09 de janeiro de 1760, constituiu-se uma Junta Governativa composta por dois Desembargadores (o Presidente do Tribunal de Justiça baiano e José Carvalho de Andrade), além do Coronel Gonçalo Xavier de Barros e Alvim. A 20 de junho de 1762, José Carvalho de Andrade assumiu como Chanceler, e seu antecessor, Thomaz Roby, foi substituído pelo Frei Manuel de Santa Ignês. Então, aconteceu o que todos temiam. Sob a influência do pragmático Marquês de Pombal, ávido por proteger, dos invasores estrangeiros, a extração do ouro, no entorno de Vila Rica, no dia 27 de janeiro de 1763, Dom José I, expediu uma carta-régia, transferindo a Capital da Colônia para o Rio de Janeiro, mudança concretizada a 31 de agosto daquele ano. O novo Governador-Geral seria Antônio Álvares da Cunha. O ato configurou um duro golpe para a Bahia, que permaneceu sem Governador até 1765, quando o Frei Manuel de Santa Ignês foi nomeado, tendo sua gestão se estendido até 1769. No ano seguinte, este tornou-se Arcebispo de Salvador.

Durante duzentos e quatorze anos, a primeira Capital sediou o Governo-Geral da América Portuguesa, tempo de duração nunca igualado.

Ao longo do período, a Relação da Bahia muito contribuiu com a administração do Brasil, tendo inúmeros Desembargadores exercido, na interinidade, o cargo de Governador-Geral, bem como participado de Juntas Governativas e ocupado cargos relevantes.

A transferência gerou inúmeros protestos, afinal Salvador era a maior cidade da Colônia, berço das instituições. Os colonizadores e seus descendentes brasileiros, com o suor dos indígenas e africanos escravizados, construíram uma bela Cidade, cuja herança da época áurea está presente nos palácios, fortificações, igrejas, casarões, traçados das ruas do Centro Histórico, e, principalmente, na cultura de seu povo, majoritariamente negro, admirada por todos.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

Tomás Antônio Gonzaga – Dilva Frazão

A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito – Andrea Vanessa da Costa Val – Memória do Judiciário Mineiro

A história dos últimos dias de Tiradentes – Robson Pereira

Um desembargador do Tribunal da Relação da Bahia na Inconfidência Mineira

No dia 04 de julho de 1776, as treze colônias inglesas constituíram os Estados Unidos da América. A Declaração de Filadélfia instituiu uma República Federativa, baseada no sistema de três poderes independentes e harmônicos, com eleições para o Executivo e Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado), sendo a Suprema Corte a última instância do Judiciário. Apesar da inovação, a sociedade americana continuaria escravagista por quase um século, mas os ventos republicanos se espalhariam mundo afora.

Enquanto isso, no velho continente europeu, prevalecia o regime monárquico hereditário. Com a morte de D. José I, em 24 de fevereiro de 1777, ascendeu ao trono português sua filha, Maria I, que logo demitiu o Marquês de Pombal do governo.

No Brasil, o tráfico negreiro prosseguia com a participação de empresas e particulares, em escala ascendente. A partir de 1788, desembarcaram, no Porto de Salvador, os primeiros escravizados oriundos de Oyó, na atual Nigéria, da etnia yorubá, da nação ketu/nagô, trazendo os Orixás como suas divindades. Nesse período, três mulheres, Iyá Adeá, Iyá Kalá e Iyá Nassô, esta última a Iyalorixá, fundaram a Casa da Mãe Nassô ou o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, dedicada a Xangô, Orixá da Justiça. O espaço localizava-se atrás da Igreja da Barroquinha, no centro da Cidade, e iria atrair a perseguição das autoridades. No futuro, seria o Terreiro da Casa Branca.

No dia 26 de novembro de 1786, o poeta, escritor e jurista Tomás Antônio Gozaga foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia. Ele nasceu no ano de 1744, em Portugal, na Cidade do Porto, filho de portuguesa e brasileiro, que era Magistrado. Órfão de mãe, veio para o Brasil, ainda criança, acompanhando seu genitor, designado Ouvidor da Capitania de Pernambuco. Tomás estudou no Colégio dos Jesuítas de Salvador, até 1761, quando o estabelecimento escolar encerrou as atividades, com a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus. Ele mudou-se para Coimbra e se graduou em Direito. Posteriormente, integrou a Magistratura, havendo retornado ao Brasil, para atuar na função de Ouvidor e Provedor de Vila Rica, então Capital de Minas Gerais.

Em 18 de abril de 1788, D. Fernando José de Portugal, Desembargador Agravista da Casa de Suplicação de Lisboa, assumiu o Governo da Bahia e enfrentaria, dez anos depois, um movimento social que objetivava implantar a República Bahiense.

O mês de maio atrai revoltas. A Revolução Francesa, no ano de 1789, com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, representaria uma ruptura sem igual. A proclamação da República e os ideais contidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abalaram a realeza europeia, que se viu ameaçada pela nova ordem, tão significativa que os historiadores a escolheram marco inicial da Idade Contemporânea.

Concomitantemente, ainda no mês de maio de 1789, uma insurreição nos trópicos, na Capitania de Minas Gerais, a mais rica da maior Colônia portuguesa, iria assustar a Metrópole.

O movimento separatista, que intencionava implementar a República Mineira, cuja bandeira seria composta por um triângulo vermelho sobre fundo branco, com a frase em latim LIBERTAS QUAE SERA TAMEN (LIBERDADE AINDA QUE TARDIA), teve como combustível a elevação dos impostos cobrados pela extração do ouro, através da estipulação de cota anual para os mineradores; na hipótese de frustração da meta, havia a previsão da derrama, taxação que alcançava todos os residentes na Capitania, fato ocorrido. A conjuração, que não previa a abolição da escravatura, reuniu membros da elite e populares, inclusive o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Tomás Antônio Gonzaga, participante da conspiração, cedeu sua casa para alguns encontros. Nesse cenário de ebulição, o poeta já estava apaixonado por Maria Doroteia Joaquina de Seixas Brandão, jovem de 17 anos. Adepto do Arcadismo, tendência literária que exultava a natureza campestre, na figura do narrador Dirceu, dedicava versos à sua amada, a quem chamava de Marília. O amor de ambos ficaria eternizado no livro “Marília de Dirceu”. Ele adiou a posse no Tribunal da Bahia, pois estava de casamento marcado com Maria Doroteia. Entretanto, durante os preparativos do enlace, viu-se tragado pela Inconfidência Mineira.

Um dos inconfidentes, Joaquim Silvério dos Reis, que devia tributos, delatou a mobilização, em troca de perdão fiscal. A repressão rápida e eficiente resultou na prisão dos revoltosos. Tiradentes, que se encontrava no Rio de Janeiro, arregimentando correligionários, foi detido no dia 10 de maio e levado para a Fortaleza da Ilha das Cobras, na Capital da Colônia, onde também permaneceu recolhido Tomás Antônio Gonzaga.

Apesar de Minas Gerais não ter, à época, uma Corte de Justiça, os Magistrados mineiros queriam conduzir a apuração do episódio e o julgamento dos réus, provocando um conflito de competência com o Tribunal do Rio de Janeiro.

Consequentemente, a Rainha Maria I, sentindo-se traída pelos colonos brasileiros e alguns súditos portugueses, que apoiaram a rebelião, por intermédio da Carta Régia, de 17 de julho de 1790, criou uma Alçada Especial, na Relação do Rio de Janeiro, designando três Desembargadores da Casa de Suplicação de Lisboa, para cuidarem do caso: Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho (desembarcou como Chanceler do Tribunal carioca), Antônio Gomes Ribeiro (havia sido membro do Sodalício baiano) e Antônio Diniz da Cruz e Silva (substituiria o Chanceler).

A devassa (investigação) e o julgamento do processo se arrastaram até 1792. Ao final, onze réus foram condenados à morte. Cláudio Manoel da Costa, membro correspondente da efêmera Academia Brasílica dos Renascidos, sediada na Bahia, suicidou-se no cárcere (perdura a suspeita de assassinato por envenenamento). A Rainha Maria I, “a piedosa”, aceitou o pedido de clemência e converteu nove penas capitais em outras sanções. Somente Tiradentes, o único que confessara o delito de lesa- majestade, teve a forca confirmada pela Monarca, que desejava dar o exemplo. A leitura da extensa sentença durou cerca de dezoito horas. O enforcamento do Alferes, o mais pobre dos rebeldes, ocorreu no dia 21 de abril daquele ano, no Rio de Janeiro; ato contínuo, seu corpo foi esquartejado e a cabeça ficou exposta na praça principal de Vila Rica.

O idealista Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, o Dirceu, que, em razão do matrimônio, adiou a assunção no Tribunal da Relação da Bahia, ao ser preso, jamais voltou a ver sua noiva. Apenado com o degredo perpétuo, em Moçambique, ali constituiu família e se integrou à sociedade local. Faleceria em 1810. Maria Doroteia, a Marília, musa inspiradora, nunca casou e morreria no ano de 1815. Poderiam ter vivido felizes em Salvador. Como nos poemas, o amor foi colhido pelo trágico destino.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

Tomás Antônio Gonzaga – Dilva Frazão

A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito – Andrea Vanessa da Costa Val – Memória do Judiciário Mineiro

A história dos últimos dias de Tiradentes – Robson Pereira

O Tribunal da Relação da Bahia e a Revolução dos Alfaiates (Revolta dos Búzios)

Os Atos Preparatórios

O regime republicano francês de 1789 representava uma ameaça à Coroa Portuguesa. Os navios oriundos da França eram inspecionados nos portos brasileiros, pois poderiam trazer livros indesejáveis. A tripulação deveria ser vigiada. Nas cidades mais desenvolvidas (Salvador, Recife e Rio de Janeiro), a Maçonaria abrigava os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade.

Engana-se quem imagina que a Inconfidência Mineira influenciou a República Bahiense. O ímpeto dos baianos foi despertado pela Revolução Francesa.

No dia 30 de novembro de 1796, no Porto de Salvador, o Desembargador José Joaquim Borges da Silva, desempenhando uma de suas atividades, inspecionou o navio espanhol Boa Viagem, que trazia o Comandante Antoine René Larcher, de nacionalidade francesa, resgatado com a família e marujos, após sua nau, Fragata La Preneuse, ter sido avariada. A embarcação espanhola ficaria fundeada na Bahia de Todos os Santos cerca de um mês, para conserto. A autorização foi concedida, entretanto aquele desembarque traria sérias consequências.

Durante a permanência de Larcher, o Governador D. Fernando José de Portugal e Castro, preocupado com a disseminação dos ideais revolucionários, determinou que ele fosse acompanhado nos deslocamentos, tendo designado, para a missão, Hermógenes Francisco de Aguillar e José Gomes da Oliveira Borges, Oficiais do Segundo Regimento.

Larcher havia lutado na Revolução Francesa e narrou sua experiência aos militares; ambos absorveram as ideias republicanas.

No dia 02 de janeiro de 1797, o navio espanhol deixou a Bahia, levando os visitantes franceses, elogiados pelo Governador, diante do bom comportamento. Ele desconhecia o estrago já causado. A semente tinha sido plantada. Larcher também não esqueceria aquela estada.

Alguns membros da elite baiana se reuniam para discutir assuntos literários.

O rico comerciante Francisco Agostinho Gomes possuía imensa biblioteca, com livros de autores iluministas. Religioso licenciado, em virtude do falecimento dos genitores, era poliglota e gostava de oferecer jantares aos estrangeiros, de passagem por Salvador, no seu palacete, localizado no Largo de Nazaré, onde hoje se situa o Colégio Salesiano.

O Professor Francisco Muniz Barreto de Aragão, de Rio de Contas, o intelectual José Borges de Barros e o proprietário de engenho Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão participavam dos encontros.

Na base da pirâmide social, os excluídos. Oficiais brancos comandavam um Regimento Auxiliar dos Homens Negros, que não vislumbravam a mínima possibilidade de ascensão. Muitos, paulatinamente, externariam a insatisfação, inserindo a escravidão no centro dos debates.

O elo entre mundos tão distantes seria o Tenente Hermógenes. Politizado e liberal, promovia, em sua casa, a leitura de livros e textos franceses traduzidos. Exerceu liderança sobre os colegas de farda, tendo sido acusado de aliciador. Seu irmão, Pedro Leão, comungava do mesmo idealismo.

Muito ligado ao Tenente Hermógenes, o Soldado Manuel de Santa Anna servia no Regimento dos discriminados. Por atacar a Monarquia, o Catolicismo, a legislação e o tratamento desumano dispensado aos negros, foi apenado com castigo físico (açoite) e humilhado, o que provocou sua deserção, fato rapidamente difundido entre os quartéis.

Os Soldados Lucas Dantas do Amorim Torres e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga eram próximos e mantinham contato com o Tenente Hermógenes. Lucas Dantas, por sua vez, conhecia o alfaiate João de Deus do Nascimento, amigo de Manoel Faustino dos Santos Lira, que igualmente costurava roupas. Ex-escravo e serviçal da família proprietária do Solar do Unhão, tinha como madrinha Maria Francisca da Conceição, por quem o Professor Francisco Muniz nutria paixão, Manoel Faustino agia como mensageiro de correspondências, quando lhe eram transmitidos conhecimentos pelo docente.

O Tenente Hermógenes e Luís Gonzaga estiveram no batizado da filha de Lucas Dantas. Este e Manuel Faustino conversaram com João de Deus para aderir ao movimento.

Em sua alfaiataria, muito bem instalada na Rua Direita do Palácio (atual Rua Chile), João de Deus, empolgado com a iminente insurreição, convidou os alfaiates José do Sacramento, Ignácio da Silva Pimentel (também Soldado), Manoel do Nascimento, o escravo de ganho Vicente e o menor João (cativo), que ali trabalhavam. Foram chamados, ainda, o ferreiro Joaquim José da Veiga e o Capitão Joaquim José de Santa Anna, do Destacamento dos Homens Negros, que forneceria as armas e estava revoltado com a notícia da provável promoção de um Sargento branco para comandar a unidade militar, numa total inversão de hierarquia.

A maquinação da revolta avançava. Na casa do Tenente José Gomes de Oliveira Borges, durante um almoço, Lucas Dantas, João de Deus e o Sargento Joaquim Antônio da Silva trataram da sublevação.

A influência libertária contagiou mulheres, outros militares, além de comerciantes, religiosos, profissionais liberais, artesãos, sapateiros, trabalhadores e escravos. O ourives Luís de França Pires abriu as portas de sua oficina, no Carmo, para a preparação do levante.

Houve compartilhamento de textos franceses, como: “Ruines”, de Volney; o “Orador dos Estados Gerais”, de Jean Louis Carra; o “Discurso de Baissy D´Angla”, na Covenção Francesa, de 30/01/1795; e o poema intitulado “Igualdade e Liberdade”, de autor desconhecido.

O Coronel Ferreira e Lucena, amigo e protetor do Tenente Hermógenes, foi informado das reuniões e tratativas, transmitindo ao Governador a inquietação das tropas. A gravidade da situação não mereceu a atenção devida, resultando, tão somente, na advertência do protegido, que tramava, secretamente.

Na manhã do dia 12 de agosto de 1798, a população de Salvador acordou estupefata com onze “avisos sediciosos” (panfletos), afixados em diversos locais públicos. O sistema de comunicação era inovador.

O primeiro deles conclamava: ‘ANIMAI-VOS POVO BAHIENSE, QUE ESTÁ PARA CHEGAR O TEMPO FELIZ DA NOSSA LIBERDADE: O TEMPO EM QUE TODOS SEREMOS IRMÃOS: EM QUE TODOS SEREMOS IGUAIS”... (redação original). Informava, ainda, a adesão de seiscentos e setenta e seis pessoas, incluindo quatorze franciscanos, oito beneditinos, quatorze therezos (do Convento de Santa Thereza) e quarenta e oito clérigos.

O conjunto de avisos continha referências à França, ao sistema escravagista, ao preconceito contra os negros e pardos, ao julgo português, à liberdade do comércio, ao despotismo, à Igreja e aos baixos soldos dos Soldados.

Enquanto as autoridades tentavam descobrir a autoria dos escritos, os revoltosos adotavam as derradeiras providências, visando à deflagração da Conjuração Baiana.

Como em toda revolução, a delação se faria presente e a repressão implacável não tardaria.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – Luis Henrique Dias Tavares

Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia – Luís Henrique Dias Tavares

Autos das Devassas da Conspiração dos Alfaiates – Arquivo Público do Estado da Bahia

O Tribunal da Relação da Bahia e a Revolução dos Alfaiates (Revolta dos Búzios)

As Devassas (Investigações)

Os avisos sediciosos foram afixados na esquina da Praça do Palácio (Praça Municipal), na parede do estabelecimento de Benedita, situado na Rua de Baixo de São Bento (atual Carlos Gomes), na Igreja de São Domingos (Terreiro de Jesus), na fachada da casa de Manoel Joaquim da Silva, localizada no Carmo, e nas sacristias de três Igrejas (Sé, Passo e Lapa).

O Governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, ao ter ciência dos avisos, ainda no dia 12 de agosto de 1798, nomeou, através da Portaria n. 58, o Desembargador Manuel de Magalhães Pinto de Avellar e Barbedo, Ouvidor Geral do Crime e Intendente de Polícia, para presidir a Devassa (investigação), com a finalidade de identificar a autoria dos textos, indicando Veríssimo de Souza Botelho como Escrivão.

O primeiro ato investigativo aconteceu no dia 14 de agosto, quando o Governante, que já tinha ouvido comentários acerca de conversas conspiratórias, comparou a caligrafia dos escritos com as dos requerimentos arquivados na Secretaria Geral da Capitania da Bahia, encontrando semelhança na grafia do português Domingos da Silva Lisboa, espécie de despachante e requerente para os pouco instruídos, razão pela qual foi o mesmo detido, no dia 16 de agosto. O motivo da checagem dos documentos era a desconfiança que recaía sobre a soldadesca, pois um dos panfletos dos revoltosos referia-se aos baixos soldos. Na residência do preso, na Ladeira da Misericórdia, as autoridades apreenderam cópias de livros franceses difundidos entre os insurgentes.

Todavia, enquanto Domingos estava recolhido, surgiram duas cartas, no Convento do Carmo e na Igreja da Lapa, em 20 de agosto. A primeira, dirigida ao Prior da Ordem, asseverava que ele seria o Chefe da Igreja Bahiense, e a segunda, destinada ao Governador, garantia-lhe o cargo de Presidente do Supremo Tribunal da Democracia Bahiense.

Consequentemente, em novo cotejo com as petições arquivadas, o Governador reconheceu a letra do Soldado Luís Gonzaga, o que resultou na sua prisão, no local de trabalho (1º Regimento do Campo Grande), na tarde de 23 de agosto. Viúvo, solitário e revoltado com a discriminação, por ser pardo, havia desertado em três oportunidades. Quando não estava em serviço, costumava se alimentar e pernoitar no sobrado de seu padrinho, Pedro Nolasco, no centro de Salvador, onde foram apreendidos textos de autores franceses disseminados entre os companheiros de ideal. Na presença do Governador, negou a autoria, atribuindo a redação a um indivíduo de nome João da Silva Norbona.

Os participantes da Conjuração se reconheciam por intermédio de algumas características, bem como pelos búzios que portavam.

Na noite do dia 23 de agosto, na casa de Luís Pires, estavam presentes Manoel Faustino, João de Deus e outros insurretos, quando Lucas Dantas chegou e informou que Luís Gonzaga havia sido preso. Todos, então, decidiram aumentar o contingente de rebeldes, esforçando-se para convidar o maior número de descontentes.

Na tarde de 24 de agosto, Lucas Dantas procurou Manoel Faustino e externou preocupação sobre a possível existência de uma lista, apreendida na moradia de Luís Gonzaga, contendo os nomes dos revolucionários, o que nunca se provou. Combinou-se um encontro na residência de Lucas Dantas, no Cruzeiro de São Francisco, ao anoitecer, e, ali, este revelou o local de concentração para o desencadeamento do levante, incluindo o resgate de Luís Gonzaga. Seria no Dique do Desterro (atual Dique do Tororó), que, à época, se estendia até a base da Ladeira da Fonte Nova, em cujo topo está o Convento do Desterro, motivo por que o represamento de água, construído pelos holandeses, era assim conhecido.

A afinidade entre o comandante francês Antoine René Larcher, que havia estado em Salvador, e seus simpatizantes baianos transcendia o Atlântico, pois, sem qualquer combinação, também no dia 24 de agosto, em Paris, ele apresentou documento ao Diretório (Órgão Supremo da República Francesa), propondo um ataque para libertar a Bahia do julgo português, tendo elaborado plano de apoio à Revolução em curso.

Contudo, o afã de obter novos adeptos contribuiu para o vazamento da reunião, que seria realizada no Dique do Desterro, na noite enluarada de 25 de agosto. Três delatores, todos com o nome Joaquim (como se não bastasse Joaquim Silvério dos Reis, traidor da Inconfidência Mineira), encarregaram-se de relatar às autoridades o que sabiam.

O ferreiro Joaquim José da Veiga, convidado por João de Deus, nas imediações do Convento das Mercês, na madrugada de 25 de agosto, denunciou o movimento, tendo sido orientado a comparecer ao encontro.

Na tarde daquele dia, o militar e cabeleireiro Joaquim José de Santa Anna, arregimentado por João de Deus, e encarregado de fornecer armas, ao narrar os preparativos aos superiores, recebeu idêntica instrução.

Já o Soldado José Joaquim de Sirqueira, recrutado por Lucas Dantas, só decidiu delatar a mobilização logo após haver participado da concentração, e, por conseguinte, não escapou da cadeia.

A reunião do Dique do Desterro foi decepcionante, tendo comparecido, apenas, quatorze pessoas: João de Deus, Lucas Dantas, Luís Pires, Caetano Barreto, Romão Pinheiro, Ignácio da Silva Pimentel, José do Sacramento, José Gomes de Oliveira Borges, José Raimundo Barata de Almeida, os escravos alfaiates Vicente e Luís de França Pires, além dos três delatores infiltrados. Manuel Faustino não esteve no local.

Na manhã do dia 26 de agosto, o Governador instaurou a segunda Devassa, designando o Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto para presidir o apuratório dos atos conexos à publicação dos avisos sediciosos, mormente a reunião do Dique do Desterro.

O medo e a apreensão se espalhariam rapidamente. As fugas e as demais prisões seriam inevitáveis. Vigiam as Ordenações Filipinas, diploma legal draconiano. Os mesmos Desembargadores que iriam investigar os fatos, posteriormente acusariam e julgariam os envolvidos.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – Luis Henrique Dias Tavares

Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia – Luís Henrique Dias Tavares

Autos das Devassas da Conspiração dos Alfaiates – Arquivo Público do Estado da Bahia

O Tribunal da Relação da Bahia e a Revolução dos Alfaiates (Revolta dos Búzios)

A Depressão

Em Portugal, a Rainha Maria I estava afastada desde 1792, após desenvolver uma doença psiquiátrica, tendo sido substituída pelo Príncipe Regente, D. João.

O Chanceler (Presidente) do Tribunal da Relação da Bahia era Firmino de Magalhães Siqueira da Fonseca.

Luís Gonzaga foi o único dos revoltosos interrogado pelo Governador, D. Fernando José de Portugal e Castro. Escreveu textos próprios (Séries Temporais), criticando o Catolicismo, mencionando Lutero e Calvino, da Reforma Protestante, entretanto, no dia 22 de agosto de 1798, na véspera da prisão, provavelmente para pedir proteção à Revolta, assistiu à Missa da Igreja do Bonfim.

O Desembargador Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo confrontou a caligrafia de Luís Gonzaga com a letra dos avisos e das duas cartas. Tabeliães e escrivães do Tribunal atuaram como peritos. Por haver negado a autoria dos escritos, atribuindo-os a João da Silva Norbona, o próprio Magistrado instaurou nova Devassa, somente para localizar o suspeito. Depois da oitiva de vinte e duas pessoas, sem êxito, arquivou a investigação.

Lucas Dantas, após a reunião no Dique, na noite de 25 de agosto, não retornou à sua casa. Dirigiu-se ao Solar do Unhão, com Manoel Faustino, e ali pernoitaram. Nas primeiras horas do dia imediato, ambos embarcaram numa canoa e, ato contínuo, num saveiro, para o Engenho Guaíba, no Recôncavo, pertencente a Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão. De lá foram visitar Felizarda, a mãe de Manoel Faustino, escrava no Engenho Calôji, de propriedade do Padre Antônio Francisco de Pinho. Voltaram para Guaíba e, a 04 de setembro, Lucas Dantas seguiu, sozinho, em direção à residência de seu irmão, no sertão, tendo sido encontrado na localidade de Água Fria, atual Irará, no dia 09 seguinte. Ele resistiu à prisão, o que lhe provocou grande ferimento na cabeça, produzido pela arma do militar.

Já Manuel Faustino escondeu-se no Engenho onde sua genitora era cativa, mas foi preso, em 14 de setembro, com a colaboração do religioso proprietário.

Dezenas de aprisionamentos, inclusive o de João de Deus, tiveram início em 26 de agosto, dia seguinte à reunião do Dique. Ele, a mulher (Luíza) e os cinco filhos, o maior com oito anos, foram levados para a Cadeia da Relação, situada no subsolo da Câmara Municipal de Salvador. O Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto determinou a entrega das crianças aos parentes, no entanto a esposa ficou retida por mais de um mês. Com o insurgente, apreendeu-se certa quantidade de pólvora. No início, fingiu demência, porém, examinado pelos médicos, estes concluíram pela sua higidez mental. Somente, a 11 de setembro, admitiria a participação no Movimento.

Luis de França Pires foi o primeiro a confessar o envolvimento na Insurgência, no dia 29 de agosto. Irmão de Francisca, amante de Lucas Dantas, ele era escravo alfaiate de Maria Francisca da Conceição Aragão, madrinha de Manuel Faustino.

Em 30 de agosto, o Soldado Romão Pinheiro, que esteve na reunião do Dique, passou a ocupar um das celas (cubículos denominados “segredos”) da Cadeia do Tribunal.

O Tenente José Gomes de Oliveira Borges, um dos que acompanharam o Comandante Larcher, na sua estada em Salvador, ao ser interrogado a 06 de setembro, embora estivesse na Cadeia desde 26 de agosto, descreveu como os rebeldes se reconheciam: barba crescida até o meio do queixo; brinco na orelha; e búzio na corrente do relógio.

Dentre os encarcerados no dia 19 de setembro, achava-se Cipriano José Raimundo Barata de Almeida. Contestador emérito, era Cirurgião e graduado em Filosofia, na Universidade de Coimbra. Houve apreensão, na sua residência, de um caderno com anotações, além de trinta e cinco livros. Negou a vinculação à Conjuração.

Em 03 de outubro, José de Freitas Sá Couto, comerciante de ouro, já detido, delatou alguns integrantes da Revolta e recebeu, como prêmio, um passaporte para sair de Salvador.

Contudo, o Padre José da Fonseca Neves, português, enviou uma carta para Lisboa, informando acerca do acontecido e criticando a apuração, mormente no tocante à inação quanto aos ricos e poderosos. Outro denunciante, Manuel Antônio de Jesus, também encaminhou notícia, sobre os fatos, à Metrópole.

No dia 20 de dezembro, em Rio de Contas, as forças de segurança prenderam Francisco Muniz Barreto de Aragão, Professor de Gramática Latina. Trazido a Salvador, disse que possuía livros e textos, cujas cópias foram apreendidas nos domicílios dos revoltosos. Queria se casar com a madrinha de Manuel Faustino; este o delatou.

Diante da propalada desídia da apuração, uma Carta Régia, de 22 de dezembro, ordenou investigação rigorosa.

A última prisão deu-se a 04 de janeiro de 1799 e alcançou o Tenente Hermógenes Francisco de Aguillar, também designado para fiscalizar os passos do Comandante Larcher, e o que mais absorveu os ideais da Revolução Francesa. Até então, estava sendo protegido pelos superiores. Em sua casa, havia vinte e seis livros e cópias de manuscritos. O Desembargador Costa Pinto reconheceu sua letra. O militar negou o aliciamento de rebeldes, todavia foi contrariado por Lucas Dantas, que, depois de uma acareação, refluiu, alegando confusão mental, em virtude do ferimento na cabeça. O Magistrado desconfiou de conversas entre eles e determinou uma inspeção na Cadeia da Relação, através da Portaria de 16 de fevereiro de 1799. O Tenente se passou por louco, e os médicos que o examinaram manifestaram-se de forma discrepante. Ele não voltou a ser interrogado.

O próprio Ministro da Justiça de Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho, no Ofício de 09 de janeiro de 1799, asseverou que “havia na Bahia muita frouxidão e falta de firmeza no seu governo, o qual seria responsabilizado pelos efeitos dessa negligência e de suas consequências perniciosas”. Pugnou pela união de todos em prol da Justiça, com punição severa.

O rico comerciante Francisco Agostinho Gomes, que oferecia banquetes, não foi recolhido ao cárcere, mas o Governador editou Portaria, de 14 de janeiro de 1799, determinando que o Desembargador Avelar de Barbedo instaurasse uma Devassa, a fim de apurar a sua simpatia pela República da França (o que era denominado “francezia”), bem como a organização de um jantar com carne em plena Sexta-feira Santa, conduta herética e criminosa. Portugal intercedeu por ele, pois era um culto poliglota. Ao final, o Magistrado arquivou o apuratório.

Na sequência, o Governador respondeu ao Ministro da Justiça português, a 12 de fevereiro de 1799, informando que a Conspiração configurava “associação sediciosa de mulatos, não tendo concorrido pessoas de consideração”, e, sim, “pessoas insignificantes”, “indivíduos quase todos de classe ordinária”.

Em março de 1799, editou-se uma nova Carta Régia. Portugal impôs maior rigor contra os “Partidistas Franceses”, “pessoas infectas de princípios jacobinos”.

Com o recrudescimento sobre os mais abastados, providenciou-se a ouvida de comerciantes, servidores do Reino, militares e donos de terras, suspeitos de colaboração. Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, proprietário dos Engenhos Guaíba e Desterro, que escondeu fugitivos, prestou depoimento, bem como o intelectual Antônio Lisboa. Outros implicados deixaram Salvador, como José Borges de Barros, que viajou para Londres.

Concomitantemente, a pressão recaiu sobre alguns presos, para livrarem as pessoas ilustres. Lucas Dantas, em novo interrogatório, inocentou o Tenente Hermógenes e o Professor Muniz Barreto.

As duas Devassa resultaram em trinta e cinco processados (trinta e três presos e dois foragidos).

Dez escravos estavam incluídos entre os acusados. Um deles, Antônio José, morreu na Cadeia da Relação, em 29 de agosto, no dia seguinte ao seu recolhimento. Suspeitou-se de envenenamento, devido aos episódios de vômito, porém o exame médico descartou tal hipótese. Quatro eram menores de vinte e um anos, para os quais nomeou-se, como Curador, o Bacharel José Teixeira da Mata Bacelar,

Cinco mulheres apoiaram a Conjuração, entretanto não foram processadas: Luíza Francisca de Araújo, Lucrécia Maria Gercent, Domingas Maria do Nascimento, Ana Romana Lopes e Vicência.

O ourives Luís Pires e o comerciante Pedro Leão Aguillar, este irmão do Tenente Hermógenes, fugiram. A mãe do primeiro, Damásia, permaneceu privada de liberdade, como retaliação, vários meses.

De agosto de 1798 a março de 1799, os Desembargadores Avelar de Barbedo e Costa Pinto apuraram, respectivamente, a autoria dos avisos sediciosos e a ocorrência da reunião no Dique do Tororó, praticando os seguintes atos: reconhecimentos, interrogatórios, oitivas de testemunhas, perícias, buscas e apreensões, acareações, exames de sanidade mental, expedições de cartas precatórias, bloqueios de valores e confiscos de bens. Segundo as Ordenações Filipinas, as duas Devassas serviriam de base para o julgamento. Não haveria instrução no Tribunal, apenas complementação de diligências, a pedido da defesa, que só teria acesso aos autos após o relatório das investigações, com o enquadramento nos tipos penais.

Em 09 de março de 1799, o Tribunal da Relação se reuniu para examinar a pronúncia dos réus. Os trinta e três presos ainda cultivavam a esperança de absolvição ou aplicação de penas leves, considerando que a Revolução não havia sido desencadeada. Desconheciam que Portugal exigia castigo exemplar: a morte.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – Luis Henrique Dias Tavares

Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia – Luís Henrique Dias Tavares

Autos das Devassas da Conspiração dos Alfaiates – Arquivo Público do Estado da Bahia

Instituto Búzios – A Conjuração Baiana de 1798 – Revolta dos Búzios – Liberdade, Fraternidade e Igualdade.



O Tribunal da Relação da Bahia e a Revolução dos Alfaiates (Revolta dos Búzios)

O Julgamento

A primeira Devassa, presidida pelo Desembargador Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo, que apurava a autoria dos papéis sediciosos (avisos) afixados em vários locais de Salvador, além das duas cartas encontradas nas sacristias das Igrejas do Carmo e da Lapa, entre 12 e 22 de agosto de 1798, por envolver somente dois acusados, Luís Gonzaga das Virgens e Veiga e Domingos da Silva Lisboa, tramitou rapidamente.

Conforme as Ordenações Filipinas, lavrou-se o Termo de Prisão, Hábito e Tonsura (ritual de corte de cabelo) dos insurgentes das duas Devassas, no dia 20 de fevereiro de 1799.

Contudo, o Governador, diante das cobranças de Portugal, estava impaciente, e, em 06 de março, através de Portaria, determinou que o Tribunal cumprisse a Carta Régia e agilizasse o julgamento dos revoltosos.

Consequentemente, a segunda Devassa, presidida pelo Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, que investigou a reunião do Dique do Desterro, na noite de 25 de agosto de 1798, foi encerrada no dia 08 de março de 1799, com a pronúncia de trinta e dois presos, enquadrados na prática do crime de lesa-majestade, previsto no Livro 5, Título 6, das Ordenações Filipinas: João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas D´Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira, Romão Pinheiro, Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, José Félix da Costa, Luís Leal, Caetano Veloso Barreto, Ignácio da Silva Pimentel, Luís de França Pires, José Joaquim de Sirqueira, Joaquim Antônio da Silva, José Raimundo Barata de Almeida, José de Freitas Sá Couto, Nicolau de Andrade, José do Sacramento, Domingos Pedro Ribeiro, Antônio Simões da Cunha, Cipriano José Barata de Almeida, Cosme Damião Pereira Bastos, Ignácio Pires, João Pires, Manoel José de Vera Cruz, Gonçalo Gonçalves de Oliveira, José Pires, Fortunato da Veiga Sampaio, Vicente, Fellippe Neri, João Fernandes de Vasconcelos, Manoel de Santa Anna, Francisco Moniz de Aragão e José Gomes de Oliveira Borges. Além deles, também foram pronunciados, pelo cometimento do mesmo delito, os foragidos Luís Pires e Pedro Leão Aguillar Pantoja. Segundo a acusação, os rebeldes prepararam uma sublevação contra o Governo da Rainha, com a intenção de implantar República Democrática, “onde todos seriam iguais, onde os acessos e lugares representativos seriam comuns”.

Em 09 de março, houve a publicação do acórdão da primeira Devassa, pronunciando os réus Luís Gonzaga das Virgens e Veiga e Domingos da Silva Lisboa, também sob a acusação de crime de lesa-majestade. Pela normativa, a defesa só se manifestava depois da pronúncia. No mesmo dia, o Escrivão da Corte de Justiça, João Luís de Abreu, deslocou-se até a Cadeia Pública da Relação, localizada no subsolo da Câmara de Vereadores, e intimou os réus.

O Desembargador Avelar de Barbedo, a 11 de março, designou o Bel, José Barboza de Oliveira, Advogado da Santa Casa de Misericórdia (funcionava como uma Defensoria Pública), para defender os dois acusados da primeira Devassa, tendo ele prestado juramento de cumprir fielmente o seu mister, obtendo vista dos autos, apresentando, a 14 de junho, os Embargos (recurso utilizado, daí o nome Desembargador). A peça defensiva era corajosa e sustentava a negativa de autoria, apontando as contradições dos depoimentos das testemunhas e as falhas do processo.

Na sequência, ainda em 11 de março, o Escrivão, na Cadeia Pública da Relação, intimou os insurgentes da segunda Devassa, à exceção do Tenente José Gomes de Oliveira Borges, que se encontrava recolhido no 2º Regimento, onde recebeu a intimação. No tocante aos foragidos, publicou-se, no quadro de atos judiciais, as cartas dos edictos (editais).

No dia seguinte, o Bacharel José Barboza de Oliveira, também designado para defender os réus da segunda Devassa, prestou o juramento, inclusive como Curador dos menores de vinte e um anos e dos ausentes. A 14 de março, teve acesso aos fólios.

Entregues os Embargos, em 12 de junho, pois houve prorrogação do prazo, continha o arrazoado mais de duzentas páginas, cuidando de cada um dos conjurados. O Defensor alegou a impropriedade da configuração penal de lesa-majestade, contestando o teor da imputação, sob os seguintes argumentos: a Revolta não foi desencadeada, inexistindo corpo de delito; sem armas e violência, não há revolução; ausência do ânimo de levante contra o "Reino da Augusta Majestade"; a pequena porção de pólvora, encontrada na residência de João de Deus, seria utilizada no tratamento da doença de pele de sua esposa; os pronunciados eram pessoas "sem luzes, sabedoria ou conhecimentos", para estabelecer um regime democrático; tudo "fruto de vadiação, bebedeira, ociosidade, leviandade e falta de juízo". Com citações em latim e mencionando Montesquieu, Solon, Platão e Voltaire, o Advogado invocou a benignidade e comiseração da Rainha, lembrando a clemência concedida à maioria dos inconfidentes de Minas.

Em seguida, o Desembargador Costa Pinto deferiu diligências requeridas pela defesa, providenciando: a oitiva de novas testemunhas do escravo Ignácio Pires; o reinterrogatório de Manoel Faustino dos Santos Lira; e os exames de sanidade mental de João de Deus do Nascimento e Lucas Dantas D´Amorim Torres.

A pressão era intensa e, no dia 17 de outubro, o Governador publicou Portaria, a fim de dar cumprimento à Carta Régia, exigindo a conclusão do julgamento.

Finalmente, em 05 de novembro de 1799 (terça-feira), o Chanceler Firmino de Magalhães Sequeira da Fonseca e os demais Desembargadores (Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto, Antônio Inácio Coelho de Azevedo, Manuel de Magalhães Pinto de Avelar de Barbedo, José Pedro Souza de Câmara, José Francisco de Oliveira, Francisco Xavier da Silva Cabral, Antônio Saraiva de Sampaio Gouveia, Manoel de Macedo Pereira da Horta Coutinho e Manoel José de Araújo Tavares), reuniram-se para julgar ambos os Embargos, proferindo dois acórdãos.

No tocante à primeira Devassa, o Tribunal absolveu Domingos da Silva Lisboa e condenou Luís Gonzaga das Virgens e Veiga como único autor dos avisos sediciosos e das cartas, nas penas do crime de lesa-majestade, impondo-lhe o enforcamento seguido de esquartejamento, declarando a sua memória infame, com extensão aos descendentes, além do confisco dos seus bens e da demolição de sua casa, se própria fosse.

Quanto à segunda Devassa, a Corte concluiu que a reunião do Dique do Desterro visava à organização de uma Revolta, com o intuito de "subverter o Supremo Poder e a alta Soberania da Rainha, para quebrantar a forma estabelecida e implantar uma Democracia raza e independente" (redação original).

Logo, Lucas Dantas D´Amorim Torres (“o principal dentre os chefes”), João de Deus do Nascimento, Manoel Faustino dos Santos Lira (“convidador e aliciador de mais faccionários”), Luís Pires e Romão Pinheiro foram condenados à forca e ao esquartejamento, com declaração de memória infame extensiva aos descendentes, confiscando-se seus bens, prevendo-se, ainda, que as casas dos dois primeiros seriam destruídas, colocando-se sal nos terrenos.

Os Desembargadores apenaram Ignácio da Silva Pimentel, José do Sacramento, Luís de França Pires, José Félix da Costa, Manoel de Santa Anna, José de Freitas Sá Couto e Francisco Moniz de Aragão com o açoite e o degredo, na África não portuguesa, e o confisco de seus bens. Além disso, estariam obrigados a assistir ao enforcamento.

Pedro Leão de Aguillar Pantoja, mesmo foragido, por ser irmão do Tenente Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, escapou da forca, mas não do banimento para o Presídio de Banguela, na África, e do confisco de quarta parte de seus bens. Cosme Damião Pereira Bastos teria de permanecer, durante cinco anos, em Angola, e perderia a sexta parte de seu patrimônio. José Raimundo Barata de Almeida cumpriria pena de degredo, por três anos, na Ilha de Fernando de Noronha.

Aos Tenentes Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja e José Gomes de Oliveira Borges (influenciados pela Revolução Francesa, através do Comandante Larcher), bem como ao Soldado Caetano Velloso Barreto, que tiveram participação ativa, os Desembargadores impuseram a branda pena de prisão de um ano.

Os escravos Ignácio Pires e Manoel José da Vera Cruz deveriam ser açoitados com quinhentas chibatadas, no Pelourinho, que funcionava no Terreiro de Jesus, e, posteriormente, vendidos para outras Capitanias.

O Tribunal da Relação absolveu: Vicente, Antônio Simões da Cunha, Cypriano José Barata de Almeida, Sargento Antônio Joaquim da Silva, Nicolau de Andrade, Soldado José Joaquim de Sirqueira (o delator de última hora), João Fernando de Vasconcellos, Domingos Pedro Ribeiro, Gonçalo Gonçalves de Oliveira, Fortunato da Veiga Sampaio, Luís Leal, Fellippe Neri, José Pires e João Pires.

Restabeleceu-se a memória do escravo Antônio José, que se suicidara na Cadeia (fato apurado em Devassa específica), pois inocentado.

No mesmo dia, providenciou-se a intimação dos acórdãos.

Em 07 de novembro, numa quinta-feira, o Defensor apresentou novos Embargos, separando as peças por grupos de sanções aplicadas.

Francisco Moniz Barreto de Aragão peticionou, por intermédio do Bel. Manoel Jorge da Silva, que, diante da urgência, requereu a dispensa da procuração e da assinatura do réu na petição; o acusado José Raimundo Barata de Almeida postulou a autorização para constituir o Advogado Bernardino Gonçalves de Sena. O Desembargador Costa Pinto deferiu os pleitos, havendo os Patronos embargado.

Ainda naquele dia, os autos seguiram conclusos, quando os mesmos Desembargadores julgaram os Embargos, comutando a pena de morte de Romão Pinheiro para o degredo na África, em local não incluso no domínio português. Por sua vez, o Professor Francisco Moniz Barreto de Aragão teve as suas penas de degredo e açoite transformadas em um ano de prisão e na perda do direito de lecionar. Excluíram o açoitamento do escravo Ignácio Pires, porém mantiveram a obrigação imposta a seu proprietário de vendê-lo em outra Capitania. Finalizando, reduziram, para seis meses, a prisão dos Tenentes Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja e José Gomes de Oliveira Borges, bem como a do Soldado Caetano Velloso Barreto.

Após a intimação do acórdão modificativo, imediatamente, o Defensor José Barboza de Oliveira apresentou outros Embargos, representando Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, Lucas Dantas D´Amorim Torres, João de Deus do Nascimento, Manoel Faustino dos Santos Lira, o foragido Luís Pires (todos condenados à morte), e Romão Pinheiro, que seria banido do território da Colônia.

Ato contínuo, reunidos em sessão plenária, ainda no dia 07 de novembro, os Desembargadores julgaram os últimos Embargos, sem acolhimento.

Portugal queria uma reação rigorosa. O Tribunal amenizou as punições de alguns insurretos, principalmente as dos Tenentes e a do Professor, que tiveram participação ativa na Conjuração. Ademais, os ricos comerciantes e os donos de engenho nem foram processados.

A condenação à forca, destinada aos negros e pardos, já era esperada, tanto que, desde 05 de novembro, os quatro réus foram levados ao Oratório da Cadeia da Relação e ali deveriam permanecer durante os três dias que antecederiam a execução, aguardando o julgamento dos Embargos, pois, temendo qualquer intercorrência, programou-se o enforcamento para 08 de novembro (sexta-feira), tendo o Governo ordenado a rápida instalação de um novo patíbulo, no Largo da Piedade, porquanto o antigo havia sido incendiado.

Depois da intimação confirmatória da pena capital, o desespero se apossou de Luís Gonzaga, Manoel Faustino, João de Deus e Lucas Dantas, como ficariam conhecidos. O documento foi lido na Praça do Palácio. As notícias se espalharam e os padres therezos se dirigiram ao Oratório da Cadeia da Relação, objetivando dar conforto espiritual aos quatro homens pobres e idealistas, que sonharam com a República Bahiense. A última noite de agonia, longa e dolorosa, assim como o suplício do cadafalso, seriam narrados pelo Frei José do Monte Carmelo, prior do Convento de Santa Thereza.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – Luis Henrique Dias Tavares

Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia – Luís Henrique Dias Tavares

Autos das Devassas da Conspiração dos Alfaiates – Arquivo Público do Estado da Bahia

Instituto Búzios – A Conjuração Baiana de 1798 – Revolta dos Búzios – Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

O Tribunal da Relação da Bahia e a Revolução dos Alfaiates (Revolta dos Búzios)

A Execução das Penas

Na noite de 07 de novembro de 1799, quinta-feira, condenados à morte, os soldados Luís Gonzaga e Lucas Dantas, além dos alfaiates João de Deus e Manoel Faustino, viveriam as suas últimas horas, no Oratório da Cadeia do Tribunal da Relação, localizada no subsolo da Câmara Municipal, onde já se encontravam, desde o dia 05, amparados por cerca de vinte religiosos, entre seculares e integrantes de várias Ordens.

A incredulidade se fazia presente. Onde erraram? Como teriam cometido o crime de lesa-majestade, se não havia sido disparado um tiro sequer? Por que só os negros e pobres iriam morrer? João de Deus nem sabia o que era uma revolução, quando convidado a participar do Movimento por Lucas Dantas.

Desesperado, Manoel Faustino tentou suicídio três vezes: ingerindo veneno; furando o peito com um prego, objetivando atingir o coração; e por asfixia, utilizando um pano no pescoço. O Frei José d´Monte Carmelo, do Convento de Santa Teresa, salvou-o nas tentativas.

Lucas Dantas, atormentado, introduziu uma colher de prata na garganta, sem êxito; mais uma vez, Frei José agiu rápido, avisado pelo próprio, e o socorreu.

Luís Gonzaga e João de Deus comportaram-se como loucos: choraram e debateram-se. Houve um exame de sanidade, realizado pelos Médicos Estêvão Silveira e Menezes, Francisco José Novais Campos, Diogo Ribeiro Sanches, Inácio Francisco da Câmara Bittencourt e Francisco Luís Reina (Cirurgião da Relação). Eles não detectaram anormalidades.

Lucas Dantas e Manoel Faustino se confessaram com Frei José. João de Deus não acatou o conselho de Manoel Faustino e continuou impenitente.

As autoridades providenciaram guarnecer a Praça do Palácio, com quarenta soldados, temendo qualquer reação.

No dia 08 de novembro, sexta-feira, os quatro insurretos deixaram a Cadeia do Tribunal, às 09:00 horas, em direção à Praça da Piedade.

Lucas Dantas e Manoel Faustino seguiram andando, com os religiosos ao redor. O segundo, no trajeto, pediu perdão aos amigos que avistou.

João de Deus e Luís Gonzaga, sem forças para caminhar, tiveram de ser carregados em cadeirinhas, com grilhões.

O cortejo macabro foi presenciado e acompanhado por grande parte da população. Militares cercaram a Praça da Piedade.

O Juiz da Execução, João da Costa Carneiro de Oliveira, que presidiu o enforcamento, estabeleceu a ordem sequencial: Luís Gonzaga, Lucas Dantas, Manoel Faustino e João de Deus. Contudo, o primeiro, quando já se encontrava com o capus e o carrasco lhe colocava a corda no pescoço, pediu para se confessar e o Magistrado permitiu. Enquanto o apenado falava com Frei José, na parte inferior do patíbulo, Manoel Faustino, que preferiu não presenciar a morte dos companheiros, pereceu. O segundo executado foi Lucas Dantas. Ato contínuo, João de Deus decidiu conversar com o religioso, após incentivo de Luís Gonzaga. Em seguida, este retornou ao patíbulo e asseverou, antes de morrer, que estava arrependido por haver se afastado da religião. Finalizando, João de Deus, que interrompeu a confissão para ouvir as últimas palavras do companheiro de ideal, ao caminhar para a morte, aconselhou os presentes a acreditarem no Catolicismo e na Lei de Deus, criticando as ideias dos autores estrangeiros.

Durante o ato, os soldados, que guarneciam a Praça da Piedade, postaram-se com as armas apontadas para os assistentes.

Os réus Ignácio da Silva Pimentel, José do Sacramento, Manoel de Santa Anna, José de Freitas Sá Couto, Romão Pinheiro, Luís de França Pires e José Félix da Costa, depois de açoitados, assistiram ao enforcamento.

O esquartejamento iniciou-se, imediatamente.

Tudo terminou às 15:00 horas.

A cabeça de Lucas Dantas foi espetada no Dique do Desterro, local da reunião preparatória da Revolta; a de Manoel Faustino, por este não dispor de residência fixa, seria colocada no Cruzeiro de São Francisco, em frente à casa de Lucas Dantas; já a de João de Deus permaneceu exposta na rua Direita do Palácio (atual Rua Chile), onde mantinha a sua alfaiataria.

No tocante a Luís Gonzaga, como autor dos escritos sediciosos, teve as mãos e a cabeça decepadas, para exibição no patíbulo, na Praça da Piedade.

As autoridades demoliram as moradias que pertenciam a Lucas Dantas e João de Deus, bem como colocaram sal nos terrenos, a fim de que não germinassem plantas, sendo os filhos e netos considerados infames.

Nesse ínterim, o escrivão criminal da Relação, João Luís de Abreu, faleceu, sendo substituído por Manoel Afonso dos Santos.

Havia pressa para concluir a execução das penas, razão pela qual agilizou-se o embarque dos degredados para a África e Fernando de Noronha.

A 12 de novembro, através do navio Nossa Senhora da Graça e Senhor do Bonfim, os rebeldes José de Freitas Sá Couto e Manoel de Santa Anna foram conduzidos para o território africano, tendo sido deixados, respectivamente, em 16 de janeiro de 1800, na localidade de Acurá (sob domínio holandês), e, dois dias depois, no porto de Aquitta (pertencente à Dinamarca).

Diante da situação constrangedora, em 13 de novembro, a Santa Casa de Misericórdia, após haver postulado ao Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, recebeu a autorização para sepultar os restos mortais dos revoltosos.

Cosme Damião Pereira Bastos seguiu para o Rio de Janeiro, no dia 22 de novembro, na Fragata Pety, havendo ali aguardado, recolhido, a partida para Angola, só chegando a 07 de julho de 1800.

O conjurado José Raimundo Barata de Almeida foi levado, na nau Pipina, em 22 de novembro, para Recife, e, de lá, prosseguiu, na embarcação São José e Santo Antônio, a 08 de dezembro, em direção a Fernando de Noronha; Ignácio da Silva Pimentel, no dia 12 de dezembro, pela nau Xixaro, partiu rumo a Castelo da Mina (pertencente à Holanda), havendo desembarcado a 12 de março de 1800; e José do Sacramento, zarpou, em 13 de dezembro, por intermédio do navio Guia, e aportou na Franquia da Comenda (administrada pelos ingleses), no dia 04 de março de 1800.

Conforme registros contidos nos fólios do processo, o comandante da embarcação Jesus, Maria e José, que saiu de Salvador, a 13 de dezembro, deixou: José Félix da Costa, no dia 02 de fevereiro de 1800, na Fortaleza de Moura; Luís de França Pires, em 05 de fevereiro, na Fortaleza do Cabo Corso (possessão sueca); e Romão Pinheiro, a 07 de fevereiro, em Acará.

Os escravos Manoel José da Vera Cruz (este depois de açoitado com quinhentas chibatadas, no Pelourinho) e Ignácio Pires, ambos vendidos por determinação contida no acórdão do Tribunal, seguiram para Porto Alegre, na nau Plutão, em 23 de dezembro, tendo ali chegado, depois de algumas paradas, no dia 22 de abril de 1800.

O Professor Francisco Moniz Barreto de Aragão esteve preso um ano e os protegidos Tenentes Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja e José Gomes de Oliveira Borges, seis meses, ressaltando-se que não havia aproveitamento do período de prisão provisória anterior à condenação (detração).

Os Desembargadores Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto e Manoel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, que presidiram as Devassas, encaminharam um relatório da execução das penas, no dia 19 de dezembro de 1799, para o Governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, e o Ministro Rodrigo de Souza Coutinho, da Coroa Portuguesa. Em 08 de março de 1800, este enviou uma carta de agradecimento ao Governador da Bahia, pela prestação jurisdicional rígida, elogiando as punições.

Alguns réus absolvidos ainda permaneceram encarcerados, por muitos meses, até que quitassem as despesas processuais.

Os últimos atos praticados no feito cingiram-se aos leilões dos bens confiscados, cujo dinheiro arrecadado serviu ao pagamento das custas; o derradeiro sucedeu em 22 de agosto de 1801.

Os autos originais do processo, inclusive os Avisos com resquício da cola usada quando da afixação nas fachadas de diversos imóveis em Salvador, encontram-se muito bem preservados no Arquivo Público do Estado da Bahia (algumas peças estão na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, por determinação de D. Pedro II, o que não compromete a consulta e o entendimento, pois há cópias completas nas duas Instituições).

A narrativa minuciosa do suplício dos quatro acusados, a cargo do Frei José d´Monte Carmelo, pode ser pesquisada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Os bustos de Luís Gonzaga, Lucas Dantas, Manoel Faustino e João de Deus estão na Praça da Piedade, onde tremula a bandeira da República Bahiense, coincidentemente de cores azul, vermelha e branca, as mesmas dos pavilhões da França e da Bahia. Anualmente, no dia 12 de agosto, são prestadas homenagens aos mártires da Revolução, com a colocação de flores nos monumentos. Inúmeras ruas e escolas brasileiras os reverenciam.

A Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.391, em 04 de março de 2011, inscrevendo os nomes dos quatro revolucionários no Livro dos Heróis do Panteão da Pátria e da Liberdade, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A solenidade ocorreu no dia 04 de setembro de 2012.

O eco do primeiro Aviso, tornado público em 12 de agosto de 1798, ainda ressoa atual, conclamando o “povo bahiense” para o tempo feliz da liberdade, onde seremos irmãos e iguais.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – Luis Henrique Dias Tavares

Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia – Luís Henrique Dias Tavares

Autos das Devassas da Conspiração dos Alfaiates – Arquivo Público do Estado da Bahia

Instituto Búzios – A Conjuração Baiana de 1798 – Revolta dos Búzios – Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

Escravidão – Vol. II – Laurentino Gomes

A transmigração da família real portuguesa para o Brasil

O Tribunal da relação da Bahia hospeda Carlota Joaquina

A Instalação da casa de suplicação do Brasil

O século XIX iniciou-se com o incremento da atividade açucareira na Bahia, diante da crise política no Haiti, colônia francesa que havia desencadeado um movimento de independência, a partir de 1791.

Por sua vez, a ambição desmedida de Napoleão Bonaparte, General/Imperador da França desde 1804, subjugando reinos europeus, obrigando-os ao rompimento com a Inglaterra e introduzindo seus parentes nas casas reais, visando à construção de alianças, impactaria, diretamente, no futuro do Brasil.

Em 1807, através do Tratado de Fontainebleau, França e Espanha haviam acordado a divisão de Portugal. Contudo, enquanto o exército espanhol invadia o território português, Napoleão, traiçoeiramente, ocupava Madri, afastando o Rei Carlos IV e colocando José Bonaparte, seu irmão, como monarca. Consequentemente, as forças espanholas retornaram para defender seu país.

A Rainha Maria I desenvolvera uma doença psiquiátrica, após o falecimento de diversos parentes, inclusive seu primogênito, D. José, o herdeiro do trono português, tendo, em 1792, sido afastada das funções, assumidas pelo segundo filho, D. João, que substituíra o irmão na linha sucessória, como Príncipe Regente.

D. João, pressionado por Napoleão e sem querer desagradar os ingleses, principais credores de Portugal, decidiu executar um plano alternativo, há muito idealizado, de transferir a Corte para o Brasil, o que foi providenciado rapidamente, com o financiamento da Inglaterra.

A população estranhou o movimento de cargas no cais do Rio Tejo, em Lisboa, até que, às 07:00 horas do dia 29 de novembro de 1807, com o exército francês já avançando, uma frota constituída por quinze embarcações, sob o comando do Vice-Almirante Manoel da Cunha Souto Maior, protegida por quatro navios ingleses (a esquadra britânica era comandada pelo Almirante Sidney Smith), conduziu a família real, a nobreza, ministros, servidores públicos, religiosos, ricos comerciantes e serviçais, para a maior Colônia do além-mar. Os portugueses abandonados, revoltados, viveriam tempos difíceis, enfrentando a fome e resistindo à invasão com o apoio da Inglaterra, no contexto da Guerra Peninsular.

A família real, para proteger a dinastia Bragança, dividiu-se nas seguintes naus: Príncipe Real – D. João, seus filhos Pedro (09 anos) , Miguel (05 anos) e a Rainha Maria I; Alfonso de Albuquerque – Carlota Joaquina e as filhas Maria Teresa (14 anos), Maria Isabel (10 anos), Maria da Assunção (02 anos) e Ana de Jesus Maria (onze meses); e na embarcação Rainha de Portugal – as infantas Maria Francisca (07 anos) e Isabel Maria (06 anos),

O comboio naval, transportando milhares de portugueses, atravessou o Atlântico em direção ao Rio de Janeiro, capital do Brasil. Três semanas depois da partida, D. João decidiu que iria visitar a Bahia.

Mesmo com as calmarias e a tempestade que se abatera no mês de dezembro, as naus do Príncipe Regente e de Carlota Joaquina não se afastaram, tendo aportado em Salvador, às 11:00 horas do dia 22 de janeiro de 1808. Três navios ingleses e algumas embarcações portuguesas também atracaram. As demais seguiram para o Rio de Janeiro, inclusive a que levava as infantas Maria Francisca e Isabel Maria.

Durante muito tempo, historiadores atribuíram o desembarque, na primeira sede da América portuguesa, a um desvio de rota na navegação, porém, segundo o pesquisador inglês Kenneth Light, que analisou diários de bordo da Marinha Britânica, a 21 de dezembro de 1807, D. João comunicou ao capitão James Walker a mudança de plano. De acordo com Laurentino Gomes, autor do livro "1808", que acolheu tal tese, o Príncipe Regente objetivava prestigiar os soteropolitanos, ainda ressentidos com a transferência da capital. Ademais, havia muitos comerciantes portugueses na cidade, além de uma elite baiana, e ele necessitaria de apoio político.

A notícia da chegada da família real gerou imensa euforia, mas a ausência do povo, no cais de Salvador, decepcionou D. João, recebido, tão somente, pelo Governador João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes Brito, o Conde da Ponte, que havia proibido as pessoas de se aproximarem, exigindo a primazia, tendo tal fato contrariado o Príncipe Regente. Após a visita do Arcebispo, D. José da Santa Escolástica, deliberou-se que o desembarque ocorreria na manhã do dia seguinte.

Primeiramente, deixaram a embarcação D. João, Pedro e Miguel. A comitiva subiu a encosta em carruagens, pelas Ladeiras da Preguiça e da Gameleira, acessando a atual Praça Castro Alves, seguindo em direção ao Palácio do Governo, onde se hospedariam. No percurso, os súditos os saudavam, afinal Salvador era o primeiro local brasileiro a receber a visita da família real portuguesa. Em frente à Câmara Municipal, foram homenageados e recepcionados pelo Chanceler da Relação, Antônio Luiz Pereira da Cunha, e demais Desembargadores, andando com as autoridades até a antiga Sé (demolida em 1933), onde celebrou-se o Te Deum Laudamus, em agradecimento por terem todos sobrevivido à travessia. À noite, a cidade ficou iluminada, pois os habitantes colocaram luminárias (tochas) nos imóveis, cumprindo determinação governamental.

No dia 24, foi a vez do desembarque da Rainha Maria I, para quem foi reservado aposento no mesmo Palácio.

Na nau de Carlota Joaquina e das princesas eclodiu uma infestação de piolhos, fato que resultou no corte dos cabelos e desfazimento das perucas. Logo, só pisaram em solo brasileiro a 26 de janeiro, com panos amarrados nas cabeças, havendo quem pensasse que era moda na Europa. Elas se hospedaram no sobrado do Tribunal da Relação da Bahia, com uma bela vista, cedido para abrigá-las, situado ao lado do Palácio do Governo,

Já no dia 28, havendo sido informado, pelo Governador, sobre as dificuldades dos exportadores e importadores, em virtude da guerra na Península Ibérica, D. João assinou a Carta Régia que resultou na quebra do monopólio português sobre o comércio no Brasil, com a abertura dos portos às nações amigas, numa clara retribuição ao Império Britânico, ato importantíssimo para o desenvolvimento da Colônia, que passaria a adquirir produtos ingleses, frutos da Revolução Industrial. Na sequência, o Príncipe Regente revogaria a proibição de indústrias brasileiras e, dentre outras providências, autorizaria a criação de uma companhia de seguros, a construção de uma estrada unindo a Bahia ao Rio de Janeiro, aproveitando a ligação já existente até Minas, bem como a edificação do Teatro São João, na atual Praça Castro Alves.

Em outro ato de reconhecimento da importância de Salvador, a 22 de fevereiro, D. João, aproveitando o prédio onde funcionou, durante mais de duzentos anos, o famoso Colégio dos Jesuítas (expulsos em 1760), ali instalou a Escola de Cirurgia da Bahia, a atual Faculdade de Medicina da UFBA, o primeiro curso superior do Brasil, embora o antigo estabelecimento de ensino da Companhia de Jesus fosse considerado, por muitos, uma pequena universidade.

Nos trinta e quatro dias de permanência em Salvador, D. João concedeu honrarias. Ele e o filho Pedro conheceram diversos lugares, inclusive a Ilha de Itaparica. A criança divertiu-se, criando um elo com os baianos, o que o faria retornar como Imperador do Brasil.

As autoridades e os comerciantes insistiram para que Salvador retomasse a condição de capital, prometendo edificar um imenso Palácio, mas D. João, malgrado tenha admirado a recepção, não alterou seu projeto de manter-se no Rio de Janeiro, por questão de segurança, diante da ameaça francesa.

Durante o período de ocupação da sede da Relação da Bahia, por Carlota Joaquina e suas filhas, as sessões do Tribunal foram realizadas na Câmara Municipal, que teve de transferir, temporariamente, alguns de seus arquivos para a secretaria da Ordem Terceira de São Domingos, no Terreiro de Jesus.

A partida do Príncipe Regente e de seus familiares, no dia 26 de fevereiro, deu-se de forma comovente, com grande acompanhamento popular.

A esquadra atracou no Rio de Janeiro em 08 de março, e, ali, D. João criaria instituições que estruturariam a Colônia. No dia 10 de maio, transformou o Tribunal da Relação carioca na Casa de Suplicação do Brasil, última instância recursal, desvinculando, definitivamente, o Poder Judiciário brasileiro de Portugal.

Para a composição inicial da Suprema Corte, foram nomeados alguns Desembargadores da Relação da Bahia ou que ali haviam atuado e se encontravam exercendo outras funções: José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira, José Antônio Ribeiro Freire, Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho, Antônio Feliciano da Silva Carneiro, José de Queiroz Botelho de Almeida Vasconcelos, Francisco Antônio Mourão, Antônio Saraiva de Sampaio Gouveia, Manuel Ignácio Pereira Cabral e Cláudio José Pereira da Costa.

Juristas baianos também integraram a Casa de Suplicação do Brasil, entre 1808 e 1809: Joaquim de Amorim Castro, Antônio Ramos da Silva Nogueira, Luiz José de Carvalho e Mello, Clemente Ferreira França, José da Silva Magalhães, Baltazar da Silva Lisboa e José Joaquim Nabuco de Araújo (pai do pernambucano Joaquim Nabuco).

Em 24 de maio de 1809, o Governador da Bahia faleceu. Cumprindo o Alvará de 12 de dezembro de 1770, assumiu a Junta Governativa integrada pelo Arcebispo, Chanceler do Tribunal e Marechal João Batista Vieira Godinho, que providenciou o reforço das tropas e das instalações militares.

No dia 30 de setembro de 1810, D. Marcos de Noronha e Brito, o 8º Conde dos Arcos, último Vice-Rei do Brasil, com assento no Rio de Janeiro, deixou o posto com a chegada de D. João e por este foi nomeado Governador da Bahia. Era um homem liberal e de diálogo, que não admitia a prática de maus tratos contra os escravos.

Em 13 de maio de 1811, data natalícia do Príncipe Regente, com os novos ares liberais trazidos pela família real, e por influência direta do Conde dos Arcos, fundou-se, em Salvador, a primeira Biblioteca Pública do Brasil, com o acervo da coleção que o então Chanceler da Relação da Bahia, Thomás Roby, reteve quando da expulsão dos jesuítas. Os livros ficaram guarnecidos na casa do secretário da Academia dos Renascidos, Antônio Ferrão, tendo seu filho, Pedro Gomes Ferrão, doado os exemplares, sendo acompanhado na iniciativa por Alexandre Gomes Ferrão e Francisco Agostinho Gomes, reconhecido erudito. A inauguração ocorreu no Palácio do Governo, com a presença do Governador e seus auxiliares, não havendo comparecido os Desembargadores da Relação, por terem sido preteridos pelos oficiais militares, na ordem de apresentação, em recentes cortejos públicos, motivando uma repreensão de D. João VI, através do Aviso de 12 de outubro daquele ano.

A 13 de maio de 1812, em Salvador, inaugurou-se o Teatro São João, primeira e maior casa de ópera do Brasil, à época (destruído por um incêndio, em 06 de junho de 1923).

Naquela data, o Tribunal da Relação do Maranhão teve seu Regimento aprovado, porquanto estava previsto desde 1811, todavia a Corte só viria a ser instalada em 04 de novembro de 1813, com jurisdição abrangendo o norte brasileiro.

A Bahia, terra mater do Brasil, foi escolhida por D. João como palco da assinatura do ato de abertura dos portos às nações amigas, considerado, pelos estudiosos, ponto de partida para a futura independência da Colônia.

Fontes de pesquisa:

Burocracia e Sociedade Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes – Stuart Schwartz – Ed. Companhia Das Letras

Crônica do Viver Baiano Seiscentista – Obras Completas de Gregório de Matos – O Boca do Inferno – Ed. Janaína

História do Brasil – 1500-1627 – Frei Vicente do Salvador

Carta Ânua – Antônio Vieira

A Relação da Bahia – Affonso Ruy

História Geral do Brasil – Visconde de Porto Seguro

Memória da Justiça Brasileira, volume 1 – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia – Anotações de Braz do Amaral – Inácio Accioli de Cerqueira Silva

Dicionário dos Desembargadores – 160-1834 – José Subtil

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – 410 anos fazendo história

Notícia Geral desta Capitania da Bahia – José Antônio Caldas

1808 – Laurentino Gomes

D. Pedro – A história não contada – Paulo Rezzeuti

Império à deriva – Patrick Wilcken

O Tribunal da Relação da Bahia e as Revoltas dos Haussás

A abolição da escravidão em Portugal, no dia 19 de setembro de 1761, provocou agitação no Brasil Colônia, bem como a Revolução no Haiti, entre 1795-1804, que resultou no incremento da demanda pelo açúcar do Recôncavo e, consequentemente, no aumento da aquisição de escravizados africanos, principalmente oriundos do Golfo do Benin ou Costa da Mina. O número de engenhos elevou-se, abrangendo outras áreas, inclusive no subúrbio de Salvador. A cultura fumageira também estava se ampliando, pois o produto, altamente valorizado, era a moeda de troca na compra de cativos, Coincidentemente, as lutas travadas pelas diversas etnias, na África, ganhou um contorno religioso, quando os haussás (aussás) guerrearam com os nagôs, ambos islamizados e do tronco iorubano, havendo uma nítida rivalidade que envolvia os discípulos do Islã (puristas) e os adeptos dos Orixás. O antigo poderoso Império de Oyó, na atual Nigéria, estava em crise com a expansão muçulmana, comandada pelos fulanis, no Sudão Central. O líder era o xeque Usuman dan Fodio, representante dos fiéis praticantes, autor de livros em árabe, que combatia o paganismo e as crenças nativas. Em verdade, tratava-se de uma Jihad (luta religiosa).

O desembarque maciço dos haussás, para trabalharem em Salvador e no Recôncavo, iria convulsionar a Capitania da Bahia, governada por João Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, o Conde da Ponte, desde o final de 1805.

Os haussás foram os pioneiros nas revoltas escravas baianas. Os nagôs viriam no rastro e só chegariam, em número significativo, a partir de 1815. Os cativos nascidos no Brasil ou os libertos (“crioulos”, “mulatos” ou pardos) nem sempre se envolviam.

Fortes guerreiros e, por serem alfabetizados, os haussás trocavam textos em árabe e confabulavam sobre rebeliões.

O fantasma do Haiti amedrontou a elite do mundo colonial, e na Bahia não foi diferente, levando o Governador, a partir de 1806, a adotar providências repressivas contra os calundus (manifestações religiosas) e os mocambos (quilombos), estes nos arredores de Salvador, prendendo curandeiros, impondo passe de trânsito e toque de recolher para os negros. Ele mesmo tornou-se dono de engenhos (Acupe e da Matta) e de escravos.

Houve regulamentação da função de capitão-do-campo ou capitão-do-mato, geralmente desenvolvida por pretos ou pardos libertos, remunerados pelos proprietários de terras.

Salvador e o Recôncavo iriam enfrentar um ciclo de insurreições escravas promovidas pelos haussás, e três delas ganhariam relevância, havendo o Tribunal da Relação da Bahia julgado os líderes e participantes.

No ano de 1807, eles organizaram a primeira revolta. O desencadeamento ocorreria a 28 de maio, na Capital da Capitania, no Dia de Corpus Christi, que mobilizava a sociedade local para a celebração. Estavam sendo insuflados por um cativo (Balthazar) e um homem forro, identificado como Antônio José Ricardo, de alcunha “embaixador”, espécie de coordenador dos escravos de ganho (carregadores, operários, artesãos e ferreiros), que permaneciam espalhados pelas esquinas da Cidade à disposição de diversos serviços, cuja remuneração era entregue aos proprietários ou dividida com estes.

O “embaixador” tinha penetração nos engenhos do Recôncavo e a comunicação foi disseminada pelas freguesias de Salvador. Figuravam como conspiradores importantes Tibúrcio, Guilherme, André, Alexandre, Faustino e Luis, este último administrador do fundo financeiro para a aquisição de armas, fato que surpreendeu as autoridades, pelo ineditismo. Supõe-se que um cativo, de nome Zacharias, registrava, em árabe, as reuniões e as deliberações, podendo ter sido um orientador do Corão. Dentre outros, atuaram na sublevação: Simplício (portava uma bandeira branca, prática comum nas guerras africanas), Francisco (artífice dos arcos e das flechas), Ignácio (ferreiro que produzia as pontas das flechas) e José Coelho de Araújo (cortador das madeiras para a produção de armas). A casa onde se reuniam era a residência de um negro liberto, localizada na Rua Corpo Santo, na Cidade Baixa, nas imediações da Conceição da Praia, zona portuária. Na região da Igreja do Pilar, onde havia grande movimento de cargas, a rebelião recebeu adesão, que se alastrou por outros bairros e pelo Recôncavo. Os haussás pretendiam: envenenar as fontes de abastecimento e matar os brancos; depredar/saquear igrejas, prédios públicos e as casas dos ricos; implantar o Islã, como religião oficial; substituir o Governador e bloquear a Baía de Todos os Santos; além de expandir o movimento até Pernambuco. Ademais, objetivavam escravizar os cativos que não aderissem à insurreição, bem como os “crioulos” e os “mulatos” nascidos no Brasil. A conspiração foi denunciada por um escravo fiel ao seu proprietário. A Polícia localizou, na casa das reuniões, arcos, flechas, escritos em árabe e amuletos em pequenas bolsas de couro, e, na casa de José Coelho de Araújo, certa quantidade de dinheiro. O Conde da Ponte colocou vigilância nas fontes de água, temendo o envenenamento.

Quando a Família Real desembarcou em Salvador, no ano de 1808, as prisões estavam repletas de homens e mulheres.

O Governador, que já vinha destruindo os quilombos, ficou extremamente preocupado com as fugas dos cativos, estendendo a repressão à “feitiçaria”. A título de exemplo, uma mulher de nome Nicácia da França, natural do Iguape, distrito de Cachoeira, moradora do Cabula, que previa o futuro e era portadora de uma deficiência física, foi presa, em 30/03/1808, e teve seu carrinho (tipo maca) queimado na Praça do Palácio. Sucumbiu na masmorra da Cadeia da Relação, no subsolo da Câmara Municipal.

O Ouvidor Geral do Crime, Desembargador Cláudio José Pereira da Costa, presidiu a Devassa (investigação) da revolta de 1807, concluída em maio de 1808, cujos autos estão desaparecidos, mas correspondências trocadas entre as autoridades e o acórdão do julgamento registraram a movimentação rebelde e as

sanções aplicadas. Em razão do dialeto dos haussás, houve dificuldade para se entender a dinâmica. Antônio José Ricardo, “o embaixador”, e o escravo Balthazar foram condenados pelo Tribunal da Relação, inicialmente, à morte. Posteriormente, com a apreciação dos embargos, os Desembargadores lhes impuseram a prisão perpétua. Entretanto, as autoridades nunca conseguiram deter o primeiro, condenado à revelia, deixando para trás, sem pagamento, o valor das custas processuais correspondente a seiscentos mil-réis (elevada quantia).

Balthazar percorreu as ruas centrais de Salvador, com as mãos amarradas e a corda no pescoço, em direção à praça da Piedade, ao som do tambor, onde teve início o açoite com mil chibatadas, durante alguns dias, para, em seguida, ser deportado rumo à Angola, onde deveria cumprir a pena de trabalhos forçados, pelo resto da vida. José Coelho de Araújo foi absolvido. Quatro escravos (Guilherme, Tibúrcio, Faustino e Alexandre), considerados auxiliares dos líderes, receberam quinhentas chibatadas, no Pelourinho, tendo seus senhores sido obrigados a vendê-los em Capitanias diversas. Outros sete, dentre eles Simplício, Luis, Zacarias e Francisco, seriam apenados com trezentas chicotadas, totalizando treze condenados. Como se percebe, inexistiu execução de pena capital, talvez em virtude da rebelião haver sido descoberta no nascedouro ou em razão da presença recente do Príncipe Regente, Dom João, em solo brasileiro, homem considerado piedoso.

A segunda revolta, envolvendo escravizados de Salvador, bem como das Vilas de Nazaré e Jaguaripe, eclodiu em 26 de dezembro de 1808, aproveitando as festividades do Natal e do final do ano, quando cerca de quarenta escravos se aquilombaram, fugindo dos engenhos e das glebas rurais. Houve reação no Recôncavo, com mortes de cativos. Após uma grande fuga, Nazaré foi atacada, no dia 05 de janeiro de 1809, tendo algumas propriedades sido incendiadas, Como desdobramento, em Salvador, cerca de cento e quarenta escravos evadiram-se e se juntaram aos do Recôncavo, havendo confrontos nas comunidades, com assassinatos e incêndios de canaviais. A insurreição só estaria controlada no dia 06 de janeiro de 1809, quando as tropas do Capitão Joaquim José dos Passos, comandante da Polícia da Capital, barraram os revoltosos no subúrbio de Paripe. Dezenas de rebeldes foram capturados, embora muitos tivessem sido mortos ou se escondido nas matas. Ofereceu-se recompensa para cada negro localizado. O Juiz de Direito de Maragogipe, Joaquim Inácio da Costa, estabeleceu toque de recolher e proibiu as festividades dos negros.

O Governador, provavelmente, não aguentou a pressão e faleceu no dia 24 de maio de 1809. Consoante a normativa real, assumiu o Governo uma Junta integrada pelo Chanceler do Tribunal da Relação, Desembargador Antônio Luiz Pereira da Cunha (futuro Visconde e Marquês de Inhambupe), o Arcebispo, Frei José de Santa Escolástica Álvares Pereira, e o Mestre de Campo (Comandante das Armas), João Baptista Vieira Godinho.

Em 1810, o Príncipe Regente, Dom João, nomeou Marcos Noronha de Brito, o Conde dos Arcos, excelente gestor, como Governador da Capitania da Bahia, que tinha uma postura mais liberal em relação aos escravizados, flexibilizando as sua festividades.

A Devassa da segunda revolta (1808/1809), presidida pelo Ouvidor Geral do Crime, Desembargador Antônio Garcez Santos, foi encaminhada para julgamento no dia 31 de outubro de 1809, por ordem do Governador, mas alguns interrogatórios e acareações ainda ocorreriam no mês de novembro Os autos estão extraviados, todavia o acórdão de 18 de agosto de 1810, oriundo do Tribunal da Relação, encontra-se no Arquivo Público da Bahia e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A lista dos delitos abrangia: fugas, mortes, lesões, roubos e incêndios. O julgado não reconheceu que havia uma conspiração para a tomada do poder. O escrivão da Ouvidoria Geral do Crime, Germano Ferreira Barreto, ressaltou que o movimento era integrado pelos “pretos Aussás e da Costa da Mina”.

Conforme o acórdão, os insurretos se dirigiram à Cidade Baixa e, com outros ali residentes, seguiram pela Rua do Noviciado (a Igreja dos Órfãos de São Joaquim havia sediado o antigo Noviciado dos Jesuítas, antes da expulsão), atual Av. Jequitaia, em direção a Paripe, pela atual Av. Suburbana. Por onde passavam, iam matando, saqueando e incendiando casas. Os rebeldes viram-se alcançados nas proximidades do riacho da Prata, perto de Periperi. Três vítimas fatais foram identificadas: a "crioula" Maximiana e os pardos Manoel Luciano, Pedro Barboza e Pio Venâncio. Na vila de Nazaré, faleceu o índio João, no mesmo embate no qual saíram feridos Francisco do Sacramento Paiva e Amador Pereira da Costa.

Em Salvador, policiais prenderam Rufino, Jacob, Pantaleão, Diogo e outros escravos, todos haussás.

Todavia, o Principe Regente, Dom João, recomendou que as penas fossem aplicadas de acordo com a culpa, "ajustando-se assim a justiça com a humanidade" e os Desembargadores concluíram que inexistiam provas de sedição e, sim, de busca pela liberdade. A Devassa não identificou delação, reuniões, correspondências, tampouco arsenal, diferentemente da revolta de 1807, onde havia papéis escritos em árabe, encontros, armas e plano de derrubada do Governo. Ausente, por conseguinte, o ânimo revolucionário, restou somente o desejo da fuga. Os responsáveis pelo falecimento do índio pereceram no confronto, no próprio Recôncavo. As autorias das mortes da "crioula" Maximiana e dos três pardos não foram especificadas. O acórdão considerou a reação governamental desproporcional, mesmo porque nenhum preposto do Governo saíra ferido. Mesmo depois de concluído o julgamento, os cativos permaneceram encarcerados em diversas unidades prisionais, o que gerou descontentamento nos proprietários, que não queriam perder a mão de obra. Preferiam puni-los no ambiente privado. Determinou-se a soltura de alguns, contudo vários presos morreram no cárcere.

O acórdão não listou todos os sentenciados, o que demonstra a relativização da importância dada, convenientemente, pelos Desembargadores, afinal não houve sublevação e, sim, fuga coletiva. O escrivão Germano Ferreira Barreto certificou que os réus eram Rufino, Jacob, Pantaleão e "muitos pretos aussás e da Costa da Mina, escravos de vários Senhores." Os cativos fugidos de Salvador receberam

duzentos açoites e a marcação a ferro da letra F (fujão) nas costas, tendo os proprietários sido obrigados a vendê-los em outras Capitanias. Os foragidos de Jaguaripe escaparam das chibatadas, mas não da venda para fora da Bahia.

Na terceira revolta, em 1814, os haussás, unidos a alguns escravos de outras nações africanas (nagôs, tapas e jejes), reuniram-se no domingo e, na madrugada de segunda-feira, dia 28 de fevereiro, cerca de duzentos e cinquenta insurgentes, muitos do Quilombo do Sangradouro (proximidades das Sete Portas e Matatu de Brotas), investiram contra as armações de pesca de baleia, a partir de Itapuã. Mataram o feitor e os familiares de Manuel Ignácio da Cunha Menezes, que seria o futuro Visconde do Rio Vermelho. Visavam avançar para o Recôncavo, incendiando casas e plantações, porém foram barrados no rio Joanes, em Santo Amaro de Ipitange (atual Lauro de Freitas), pelos combatentes da Casa da Torre (Castelo Garcia D´Ávila, situado, atualmente, em Praia do Forte).

Moradores da região de Abrantes e militares ali residentes também enfrentaram os revoltosos. O Governador reuniu-se com os proprietários de escravos e solicitou uma lista dos evadidos, cuja maioria era de haussás.

A Devassa de nº 28 foi presidida pelo Desembargador Antônio Garcês Pinto de Madureira, Ouvidor Geral do Crime de Salvador. No entanto, nos supostos esconderijos de armas, no Sangradouro, a Polícia só encontrou flechas (provavelmente, os insurgentes transferiram o grosso do armamento, diante do receio de delações). O Conde dos Arcos encaminhou até mesmo cavalaria, entretanto, supreendentemente, condenou as mortes dos revoltosos, "pobres miseráveis". Segundo o acórdão, de 13 de novembro de 1814, a revolta durou cerca de nove horas, tendo eles provocado a morte de quatorze pessoas de ambos os sexos (há quem sustente o perecimento de mais de uma centena); outros feridos faleceram posteriormente. Algumas vítimas morreram queimadas nas oitenta casas incendiadas com óleo de baleia. Alguns negros se afogaram, tentando atravessar o rio Joanes, e e ocorreram suicídios por enforcamento. O fazendeiro/negociante Luis Antônio dos Reis e Joaquim Pinheiro de Requião foram executados. João Alasam ou João Malomi (malomi é a denominação de sacerdote – confeccionou amuletos) liderou a rebelião. O acórdão descreveu, ainda, a participação de cada um dos réus, os depoimentos das testemunhas, as acareações e os interrogatórios dos envolvidos. Descobriu-se uma senha de identificação utilizada entre os conjurados ("munsoca ou mun sauka – nós chegamos"). No quilombo, os revoltosos prepararam flechas, arcos, machados, lanças, cutelos, espadas e chicotes. Existiam ferreiros entre eles. No caminho, furtaram cavalos. Durante a Devassa, houve quem dissesse que queria somente fugir e quem alegasse a condução forçada para o conflito.

A população se idignou e escreveu uma carta para a Corte, no Rio de Janeiro, criticando a postura liberal do Conde dos Arcos; no documento, noticiou-se a destruição de cento e cinquenta casas. O Governador, por sua vez, em correspondência enviada à Capital da Colônia, no mês de maio de 1814, minimizou o movimento, atribuindo-o às péssimas condições de trabalho dos escravos desnutridos, que queriam fugir e agiram para garantir a fuga; o acórdão de novembro vai em sentido contrário.

Ao todo, cinquenta e duas pessoas foram julgadas, com trinta e nove réus sentenciados a diversas penas, tendo dois sido declarados ausentes (revéis) e oito morrido na prisão (Cadeia da Relação). O Tribunal absolveu treze acusados e condenou sete à morte: João Alasan/Malomi (líder), Francisco Cidade (responsável pela arrecadação de fundos para a revolta – com ele foram encontrados papéis em árabe), sua mulher Francisca, Caio, Antônio, Vitorino e Sebastião, estes três últimos escravos do Capitão Manoel Ignácio da Cunha, cuja propriedade foi atacada. A tipificação se deu nos crimes de incêndio, roubo violento, homicídio com uso de armas e resistência armada às autoridades. João Alasam/Malomi, Francisco Cidade e Franscisca foram condenados, ainda, por crime de lesa-majestade, que previa o enforcamento, com cabeças cortadas e expostas. O primeiro estava foragido (presume-se a sua venda para um fazendeiro do Maranhão – alguns réus asseveraram que ele tombou nas lutas no rio Joanes), e o julgamento autorizou a sua execução em qualquer lugar.

Com a apreciação dos embargos, no dia 17 de novembro, converteu-se a sanção de João Alasam/Malomi para degredo em Moçambique. Não se sabe se assim sucedeu. Já Francisco Cidade teve a pena capital substituída pela de exílio, num presídio de Benguela (Angola). Já Francisca obteve o benefício da comutação da execução pelo açoite e degredo perpétuo em Angola. Todavia, os cativos Caio, Antônio, Vitorino e Sebastião, comprovadamente autores de mortes, não escaparam da forca, no dia 25 de novembro de 1814 (sexta-feira), na Praça da Piedade. O local estava fortemente guarnecido. Para os demais condenados, prevaleceram; açoites (de duzentos a quinhentos); deportação para Angola e Moçambique; e a venda em outras Capitanias. Finalmente, dentre as mulheres encarceradas, Ludovina, Felicidade, Germana e Tereza receberiam cem chicotadas, no interior da Cadeia da Relação, evitando-se a exposição dos seus corpos nus.

Os autos da Devassa nunca foram localizados. No Arquivo Público do Estado da Bahia e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, há cópias do "ACÓRDÃO PROFERIDO CONTRA OS CONFEDERADOS HOMENS PRETOS NATURAIS DA COSTA DA MINA DE NAÇÃO USÁ (13/11/1814)".

Ocorreram algumas pequenas rebeliões e fugas de escravos, no Recôncavo e em Salvador, bem como tentativas de levantes, entre as três principais revoltas e nos anos seguintes.

Ainda em 1814, no mês de março, os haussás incendiaram canaviais no Iguape, pretendendo ocupar Maragogipe.

No mesmo ano, a 16 de junho, José Ferreira da Silva, proprietário dos escravos Germano (haussá) e Jerônimo, perante o Desembargador Antônio Garcez Pinto de Madureira, ouvido em termo de declarações, disse haver relatado ao Advogado Elias Baptista Pereira de Araújo Lasso, que atuava no Tribunal da Relação da Bahia, rumores de conspiração lhe transmitidos por seus cativos, convidados para participar da sublevação, cujo desencadeamento seria no São João, data propícia, em razão dos fogos de artifício, que escamotearam o uso de armas. Segundo o noticiante,

o líder dos atos preparatórios era o escravo José, pertencente a um padeiro, morador da Baixa dos Sapateiros. No dia seguinte, o Advogado encaminhou correspondência ao Desembargador, narrando que um escravo do português Joaquim José Correia Passos, também, soube de comentários semelhantes. O destinatário, que já havia comunicado os fatos ao Governador, cumprindo determinação deste, ordenou, através de Portaria, que o Escrivão Honório Fidelis Barreto e o Alferes Antônio Joaquim de Vargas inspecionassem os locais apontados como esconderijos de armamento, nas matas do Sangradouro, o que se deu em 19 de junho, estando na diligência o "paisano" Gonçalo da Costa. Ali foram encontrados "um feixe de flechas", "cinquenta e oito ferrões", "seis paus para arcos" e outros objetos, tudo apreendido. Em 23 de junho, de acordo com o Termo de Busca e Exame, seguindo a orientação do haussá João (serviu de guia), de propriedade de Manoel José Teixeira de Souza, os referidos Escrivão e Alferes, além de sete Soldados e um "paisano", realizaram varredura em áreas adjacentes, no entanto não encontraram escravos foragidos; somente vestígios de presença humana, o que levou à conclusão de evacuação recente.

A 25 de junho, o próprio Manoel José Teixeira de Souza, em termo de ratificação, confirmou a narrativa de seu cativo, acrescentando que um dos propósitos dos insurgentes era saquear a Casa de Pólvora, situada no Matatu. Prosseguindo com a apuração dos fatos, no dia 27 de junho, o Desembargador, na Cadeia da Relação, interrogou o haussá Manoel, preso para averiguação, pertencente a Caetano Soares e, na ocasião, o Advogado Manoel do Bonfim foi-lhe nomeado curador, prestando juramento. Ao ser confrontado com os ferrões apreendidos no Sangradouro, o escravo, aprendiz de ferreiro, confessou que recebera, do haussá Jatão, cujo paradeiro era desconhecido, uma encomenda de dez ferrões. Provavelmente, a Devassa não prosperou, diante da ausência de elementos probatórios e identificação dos autores do plano, talvez por configurar um desdobramento dos episódios do mês de fevereiro daquele ano ou solidariedade aos que se encontravam presos; ou porque as autoridades não desejavam dar visibilidade à conjuração, considerando que a investigação da anterior estava em curso.

A insatisfação da elite era imensa. Os comerciantes de Salvador enviaram correspondência ao Rio de Janeiro, apontando a tolerância do Governador com os batuques que faziam a Capital da Bahia parecer “a Costa da Mina”. O Conde dos Arcos enfrentaria outras rebeliões no Recôncavo: Cachoeira, Iguape, São Francisco do Conde, Maragogipe e Santo Amaro, Em 1816, os proprietários de engenhos se reuniram, no dia 27 de fevereiro, em São Francisco do Conde, liderados pelo Coronel Jerônimo Fiúza Barreto, e elaboraram um documento, levado por este à Corte, imputando a leniência do Governador para com os escravizados. No retorno, ao desembarcar, o denunciante foi preso e depois libertado.

Paulatinamente, os nagôs seriam adquiridos em grande número, tornando-se o maior contingente de cativos na Bahia. Na culinária africana deixada de herança, o “arroz de haussá/hauçá” lembrará para sempre a bravura dos que nunca se conformaram com a escravidão.

Fontes de pesquisa:

Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil – João José Reis

Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia – João José Reis

La révolte houssa de Bahia em 1807 – Résistence et contole des esclaves au Brésil – João José Reis

A Revolta Haussá de 1809 na Bahia – João José Reis – Revoltas Escravas no Brasil – João José Reis e Flávio dos Santos Gomes – organizadores – Companhia das Letras – 2021

Dono da terra chegou, cento e cinquenta acabou? – Notas sobre resistência e controle dos escravos na Bahia, que recebeu a família real em 1808 – João José Reis

Segredos Internos – engenhos e escravos na sociedade colonial – Stuart B. Schwartz, Companhia das Letras – 1985.

Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia. 1814. Stuart Shcwartz – In João Reis e Flávio Gomes. Liberdade por um fio: história dos qulombos no Brasil – Companhia das Letras -1996

Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX – Pierre Verger

Insurreição Escrava – Décio Freitas

Bicentenário da Revolta de Itapuã – Gabriela Harrisson e Lucas Borges – Biblioteca Virtual Consuelo Pondé

“Sementes da Sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817) – Luiz Geraldo Silva

Impressões Rebeldes – Conspiração dos Negros Haussás – 1814 – Bahia – Clarissa Pires, Edilson Menezes, Hugo Fidalgo e Vinnícius Crespo

Impressões Rebeldes – Notícia do Levantamento dos Negros Projetado na Bahia – 1814 – – Clarissa Pires, Edilson Menezes, Hugo Fidalgo e Vinnícius Crespo